

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Samara Lenz Toupá

**PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EMPRESARIAIS: UMA ANÁLISE A
PARTIR DE UM FRAGMENTO DA LITERATURA**

Santa Maria, RS
2024

Samara Lenz Toupá

**PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EMPRESARIAIS: UMA ANÁLISE A
PARTIR DE UM FRAGMENTO DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof^o. Dr^a. Marivane Vestena Rossato


Santa Maria, RS
2024

Samara Lenz Toupá


PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EMPRESARIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM FRAGMENTO DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Contábeis**.


Aprovada em 23 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **MARIVANE VESTENA ROSSATO**
Data: 23/07/2024 20:07:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marivane Vestena Rossato, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIA DE FREITAS MICHELIN**
Data: 23/07/2024 20:23:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cláudia de Freitas Michelin, Dra. (UFSM)
(Membro)

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA FRAGA**
Data: 24/07/2024 14:02:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Paula Fraga, Ms. (UFSM)
(Membro)

Santa Maria, RS
2024

RESUMO

PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EMPRESARIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM FRAGMENTO DA LITERATURA

AUTOR: Samara Lenz Toupá
ORIENTADOR: Marivane Vestena Rossato

Este estudo teve como objetivo principal identificar e caracterizar as práticas de gestão socioambiental implementadas e relatadas por agentes econômicos, contempladas em estudos publicados em periódicos nacionais de sustentabilidade. Especificamente, buscou identificar e caracterizar as principais práticas socioambientais implementadas, as formas de relato e os fatores que influenciaram a sua adoção. Para atingir esses objetivos, foi realizado um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, descritiva e com procedimentos de análise de conteúdo e bibliométrica, utilizando dados de periódicos científicos nacionais de sustentabilidade nas áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, classificados pela Plataforma Sucupira. A análise dos periódicos permitiu levantar 77 estudos alinhados aos objetivos do estudo, publicados de 2014 a 2023, envolvendo 233 autores de instituições renomadas. As pesquisas publicadas, em sua maioria, adotaram uma abordagem de estudo de caso, aliada à pesquisa qualitativa. As práticas socioambientais identificadas incluíram medidas preventivas de gestão ambiental, como uso de tecnologias limpas e reciclagem, além de medidas de caráter corretivo, como tratamento de efluentes e recuperação de áreas degradadas. No âmbito social, foram observadas medidas de gestão social internas, voltadas à promoção dos colaboradores, como treinamentos para funcionários, além de medidas de gestão social externas, como parcerias com ONGs e projetos comunitários, promovendo a sociedade. Avaliou-se que tais ações foram majoritariamente motivadas pelo cumprimento de obrigações legais, desconsiderando o caráter voluntário, e que a divulgação dessas práticas ainda é incipiente, com o Relatório de Sustentabilidade da GRI sendo o mais destacado quando há relato. Conclui-se que, embora as práticas socioambientais estejam presentes, seu desenvolvimento é lento, indicando que o tema precisa ser explorado e ampliado em maior escala. Adicionalmente, o estudo fornece aos agentes econômicos insights valiosos sobre tendências e padrões em práticas socioambientais, ajudando-os a ajustar e aprimorar sua gestão.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Práticas Socioambientais. Gestão ambiental. Gestão Social.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PDCA.....	21
FIGURA 2 – Níveis de aplicação da GRI	31
FIGURA 3 – Etapas da pesquisa	36
FIGURA 4- Representatividade dos periódicos	43
FIGURA 5 - Número de Artigos Publicados por Ano	44
FIGURA 6 - Número de autores por artigo	45
FIGURA 7 - Número de artigos e classificação quanto aos procedimentos técnicos	46
FIGURA 8 - Número De Artigos Publicados Por Ano	46
FIGURA 9 – Fatores motivacionais à adoção de práticas socioambientais	62
FIGURA 10 – Divulgação de práticas socioambientais	63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Classificação dos Custos Ambientais	20
QUADRO 2 – Estrutura do Balanço Social - NBC T 15	28
QUADRO 3 - Modelo de estrutura BS – IBASE	29
QUADRO 4 - Modelo de estrutura BS – Ethos	30
QUADRO 5 - Indicadores Ethos	30
QUADRO 6 - Modelo de Estrutura GRI	32
QUADRO 7 - Indicadores de Desempenho GRI	32
QUADRO 8 - Procedimentos utilizados para o alcance dos objetivos propostos	37
QUADRO 9 – Artigos do PB sobre práticas socioambientais	40
QUADRO 10 - Instituições e autores	44
QUADRO 11 - Identificação/caracterização das práticas ambientais e sociais	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOS	Revista Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
BS	Balanco Social
BSC	Balanced Scorecard
CODS	Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade
CONSUS	Revista Competitividade e Sustentabilidade
GeAS	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ONGs	Organizações Não Governamentais
OS	Organizações e Sustentabilidade
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
RELISE	Revista Livre de sustentabilidade e Empreendedorismo
REUNIR	Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade
RMAS	Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade
RSO	Revista Sustentabilidade Organizacional
SID	Sustentabilidade em Debate
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	10
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 SUSTENTABILIDADE.....	15
2.2 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EMPRESARIAIS	18
2.3 MOTIVAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS ..	20
2.4 AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	25
2.5 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	27
3 METODOLOGIA.....	34
3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO	34
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS	35
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	37
3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS – PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS	40
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PB	47
4.3 FATORES MOTIVACIONAIS E FORMAS DE RELATO - PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A – PROTOCOLO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	81

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste capítulo é fornecer uma visão contextual do problema que motivou este estudo, seguido pela sua definição, o objetivo principal e os objetivos específicos, bem como a justificativa para a sua realização. Além disso, a seção aborda as contribuições teóricas, práticas e sociais dos resultados obtidos, juntamente com uma visão geral da estrutura deste trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Nos últimos anos, a relevância da conscientização socioambiental tornou-se cada vez mais importante devido à compreensão de que a crise climática e a perda de biodiversidade têm implicações que vão além do meio ambiente, afetando também aspectos econômicos, de desenvolvimento, segurança, sociais, morais e éticos (LIVING PLANET INDEX, 2022). Isso destaca a necessidade de considerar os impactos ambientais ao longo da cadeia produtiva, desde a geração de resíduos sólidos durante a fabricação até os resíduos pós-uso e pós-venda, que podem causar danos ao meio ambiente e ter consequências futuras significativas (POZO; BASTOS; DONAIRE, 2019).

Segundo Silva Bernardo et al. (2019), é essencial compreender que ocasionalmente um problema ambiental pode desencadear uma disfunção social, e isso requer uma abordagem sistêmica para ser gerenciado, implicando em um desenvolvimento sustentável. Bem como, o desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental, abordagem influenciada pelo conceito do Triple Bottom Line (TBL), desenvolvido pelo britânico John Elkington (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2017).

Conforme Domenico, Tormem e Mazzion (2017), a sustentabilidade ambiental é caracterizada pela adoção de abordagens inovadoras voltadas para a redução dos impactos ambientais, através de atividades que visam preservar os recursos naturais e promover sua conservação. Semelhantemente, o pensamento sustentável empresarial visa valorizar tanto o capital humano quanto o ambiental, buscando equilibrar as relações comerciais e agregar valor ao mercado através de um modelo de gestão que maximize benefícios e minimize impactos negativos (SOARES, 2017).

Neste contexto, entre as diversas opções de iniciativas socioambientais, destacam-se as ações ecoeficientes, que não apenas protegem o meio ambiente, mas também têm potencial para

gerar retorno financeiro para a organização (BARBOSA et al., 2020). Igualmente, Santos et al. (2016) enfatizaram que a adoção de estratégias de gestão sustentável pode mitigar perdas e aprimorar a eficácia das operações empresariais, gerando vantagens para todas as partes envolvidas.

Diante disso, Santos *et al.* (2020) conduziram uma análise que abordou a implementação de práticas de sustentabilidade em empresas do setor de construção civil, reconhecido como uma das principais fontes de poluição ambiental global, levando em consideração sua reputação e a legislação aplicável. Os pesquisadores constataram que, em resposta às demandas do mercado e à necessidade de adaptação do setor, algumas dessas práticas, como a gestão de resíduos, a integração de dispositivos economizadores e a medição individualizada de recursos, já estão sendo adotadas em seus projetos de construção. No entanto, ressaltaram a persistente necessidade de implementar aprimoramentos das práticas socioambientais nas empresas para garantir a abordagem abrangente dos três pilares da sustentabilidade.

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo na proliferação de projetos de sustentabilidade, impulsionados pelo crescimento dos níveis de consciência ambiental na sociedade. Isso tem resultado em pressões e tensões que instigam os governos a aprimorarem seus sistemas de regulação ambiental (ABI RACHED; ROVAI; DE LIBERAL, 2018). No entanto, é importante ressaltar que no contexto brasileiro, não há uma legislação que obrigue as empresas a divulgarem suas práticas socioambientais. Como consequência, muitas empresas limitam-se a cumprir apenas as exigências regulatórias, resultando em poucas iniciativas voluntárias (CITTADIN; ROSA, 2022).

Analogamente, torna-se fundamental analisar e compreender as práticas socioambientais adotadas pelas empresas, em diversas áreas de atuação, a fim de avaliar o progresso rumo a um mundo mais sustentável e equilibrado. A transição para uma abordagem mais sustentável não apenas exige a adoção de tecnologias e processos inovadores, mas também implica uma transformação na mentalidade e nos valores das empresas, incentivando a conscientização e o comprometimento de todos os envolvidos. Essa mudança cultural é crucial para alcançar um desenvolvimento sustentável genuíno, onde o respeito pelo meio ambiente, o bem-estar social e o sucesso econômico coexistem harmoniosamente.

Importante complementar que, desde os anos 90, a gestão ambiental evoluiu de uma responsabilidade de departamento para uma empresa coletiva com seus stakeholders, impulsionada pela introdução da norma ISO 14000, que promove um sistema de gestão ambiental voltado para aprimoramento contínuo e prevenção da poluição (FROEHLICH,

2020). Em síntese, este conjunto de normas determinam diretrizes para que as empresas, sejam elas públicas ou privadas, pratiquem a gestão ambiental. (FERREIRA; DE ABREU HUDSON; PIRES, 2022).

Destarte, surge a seguinte questão-problema: como se caracterizam as práticas de gestão socioambientais implementadas e relatadas por agentes econômicos nos estudos publicados em periódicos nacionais de sustentabilidade?

Em correspondência à questão de investigação, este estudo perseguiu o objetivo geral de identificar e caracterizar as práticas de gestão socioambientais implementadas e relatadas por agentes econômicos nos estudos evidenciados em periódicos nacionais de sustentabilidade.

De maneira mais específica, o estudo a realizado visou (a) levantar as características dos estudos científicos publicados acerca do tema, a partir da seleção de um fragmento da literatura; (b) identificar as principais práticas socioambientais implementadas e relatadas por agentes econômicos; (c) analisar como se caracterizam as práticas socioambientais implementadas; (d) verificar como são relatadas as práticas de gestão socioambiental por agentes econômicos participantes dos estudos publicados; e, (e) investigar os principais fatores que influenciaram os agentes econômicos a implementar e relatar suas práticas socioambientais.

O estudo se fundamenta na crescente relevância da sustentabilidade em escala global. É notável que as questões relacionadas à sustentabilidade empresarial tenham impactado praticamente todos os setores econômicos envolvidos na produção de bens de consumo (ABI RACHED; ROVAI; DE LIBERAL, 2018). Independente do setor e tipo de produto, considerando a significância das empresas tanto na economia quanto na sociedade, a adoção de práticas socioambientais eficazes é essencial não apenas para a sustentabilidade, mas também para a competitividade e a legitimidade das organizações.

Além disso, é importante ressaltar que os estudos sobre sustentabilidade empresarial geralmente se concentram em empresas de grande porte e que estão listadas na B3. Essa tendência revela uma lacuna significativa, uma vez que a maioria das pesquisas negligencia a identificação e análise das práticas socioambientais adotadas pelas empresas. Poucos estudos se dedicam a listar especificamente quais ações são implementadas, como são detalhadas, se há utilização de indicadores específicos para monitoramento, e como essas ações são divulgadas ao público. Em vez disso, há uma prevalência de análises que se concentram nos aspectos econômicos das empresas, nos números e resultados financeiros, em detrimento da base informacional que sustenta suas práticas socioambientais.

Considerando a relevância da divulgação e implementação voluntária de ações sustentáveis pelas organizações, é crucial promover e incentivar a expansão dessas práticas para diferentes portes e setores empresariais. É importante ressaltar que a não adoção de práticas ecologicamente responsáveis pode resultar em penalidades legais e financeiras para as organizações (BALASSIANO; IKEDA; JUCÁ, 2023). Conforme apontado por Rabelo Henrique et al. (2023), o sucesso de uma empresa vai além de sua capacidade produtiva e sua presença no mercado, englobando também sua atuação social e ambiental como uma estratégia essencial para uma gestão eficaz.

Assim, a pesquisa elaborada apresenta contribuições significativas em três dimensões. Primeiramente, no âmbito prático, ela oferece às empresas insights valiosos sobre as tendências em práticas socioambientais e fatores que influenciam sua adoção, permitindo que elas ajustem e aprimorem suas estratégias de sustentabilidade. Além disso, a pesquisa é relevante para tomadores de decisão e reguladores, auxiliando na criação de políticas públicas eficazes para promover a sustentabilidade empresarial. No contexto social, ela contribui para a promoção da sustentabilidade ao destacar a importância da sustentabilidade empresarial e conscientizar o público sobre práticas empresariais sustentáveis. E, no plano teórico, a pesquisa enriquece o conhecimento acadêmico, identificando tendências e padrões em práticas socioambientais, direcionando futuras pesquisas sobre o impacto socioeconômico e as implicações das regulamentações governamentais. Em conjunto, essas contribuições têm o potencial de promover a transição para um mundo empresarial mais sustentável e consciente dos meios social e ambiental.

Em sequência, é apresentada a estrutura do trabalho realizado.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo segue uma estrutura composta por diversos capítulos, sendo: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão e, por último, as referências bibliográficas.

O primeiro capítulo, denominado por Introdução, oferece uma contextualização sobre a importância da sustentabilidade e das práticas sustentáveis para o alcance do desenvolvimento sustentável. Explora-se o papel crucial dessas práticas no contexto econômico, destacando a necessidade de incorporar ações socioambientais nas operações dos agentes econômicos. Este

capítulo introduz e contextualiza o problema de pesquisa que motivou o estudo e apresenta os seus objetivos gerais e os objetivos específicos. Além disso, aborda a justificativa para a pesquisa, destacando suas contribuições para a academia, os agentes econômicos e a sociedade em geral. Nele, também são discutidos resultados de estudos anteriores que enfatizam a relevância do tema.

O segundo capítulo, denominado Referencial Teórico, delinea as bases teóricas e os termos essenciais, juntamente com suas definições, que guiaram o estudo. Este capítulo aborda temas como a sustentabilidade empresarial, apresenta exemplos de práticas socioambientais empresariais, motivações para a implementação dessas práticas, avaliação e divulgação da sustentabilidade empresarial, e os principais relatórios de sustentabilidade utilizados pelos agentes.

No terceiro capítulo, são evidenciados os detalhes da Metodologia empregada no estudo, oferecendo o seu delineamento e esclarecendo o uso dos procedimentos técnicos, bem como sua aplicação para alcançar os resultados desejados. Além disso, esta seção apresenta as limitações para a realização da pesquisa.

Na sequência, o capítulo de Resultados e Discussão expõe as descobertas da pesquisa, destacando os resultados obtidos em torno de cada objetivo e as discussões conduzidas com base nas teorias exploradas na seção de referencial teórico.

Por fim, a Conclusão reitera os objetivos do estudo e apresenta as principais evidências em termos dos resultados alcançados, além de reforçar conceitos fundamentais que sustentam a importância da adoção de práticas socioambientais em qualquer atividade, beneficiando tanto os agentes econômicos quanto a sociedade em geral. Recomendações para estudos futuros são oferecidas, juntamente com a ênfase nos benefícios potenciais deste estudo.

Adicionalmente, o trabalho inclui as Referências Bibliográficas, essenciais para fundamentar o embasamento teórico realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem por função explorar os temas interligados ao estudo realizado, especialmente associados às práticas e à divulgação da sustentabilidade empresarial.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Nos últimos 50 anos, os recursos naturais desempenharam um papel crucial como matéria-prima na fabricação, especialmente nas empresas industriais (PEREIRA et al., 2021). E, os movimentos reivindicatórios dos séculos XIX e XX, como a Revolução Industrial e os movimentos sindicais, moldaram as considerações sobre a responsabilidade das empresas em relação aos impactos sociais e ambientais. Em síntese, eles destacaram os problemas gerados pela industrialização, impulsionando a busca por melhores condições de trabalho e regulamentações mais rígidas. Além disso, desastres ambientais e pressões da sociedade civil também influenciaram uma mudança na percepção da responsabilidade corporativa, promovendo abordagens empresariais mais sustentáveis e socialmente responsáveis (AGRIPINO; MARACAJÁ; MACHADO, 2021).

De acordo com Amaral, Steffano e Chiusoli (2018), a sustentabilidade aborda a habilidade de preservar algo em um estado duradouro, enquanto o desenvolvimento sustentável engloba abordagens integradoras que visam manter o equilíbrio dinâmico de um sistema complexo a longo prazo. Nesse contexto, Duda et al. (2022) destacam três marcos importantes no percurso da sustentabilidade. O primeiro deles ocorreu na Conferência de Estocolmo em 1972, quando estabeleceu-se uma conexão crucial entre a preservação ambiental e o desenvolvimento industrial. O segundo marco relevante surgiu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a conhecida Rio 92, em 1992, que resultou na criação da Convenção da Biodiversidade e na formulação da Agenda 21. Por fim, em 2012, a Rio + 20 desempenhou um papel fundamental ao estabelecer a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, com o objetivo de conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Esses eventos ressaltam a importância fundamental desse conceito para as organizações, pois ele desempenha um papel essencial na garantia da sustentabilidade e da equidade entre as gerações atuais e futuras (AMARAL; STEFANO; CHIUSOLI, 2018). À medida que as empresas e indústrias executam seus processos de produção, consomem uma grande quantidade

de recursos naturais, ao mesmo tempo em que geram resíduos nas formas de sólidos, líquidos e gases. Simultaneamente, enquanto essas empresas oferecem produtos, serviços e oportunidades de emprego, também causam impactos socioambientais e poluição devido ao uso desses recursos naturais (SILVA, 2020).

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável juntos ajudam para a melhoria e preservação do meio ambiente, tentando fazer com que as gerações futuras não sofram com os impactos causados ao meio ambiente pelas gerações presentes (DINIZ; CALLADO, 2018). De acordo com Pacobello et al. (2022), nesta perspectiva, a sustentabilidade empresarial encontra suas raízes na ecologia, a qual está intrinsecamente relacionada à capacidade de reposição e regeneração dos ecossistemas. Entretanto, é fundamental salientar que a abordagem da sustentabilidade não deve se restringir unicamente às considerações ambientais, devendo, ao invés disso, abranger três dimensões fundamentais: a social, a ambiental e a econômica (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2017).

Conforme destacado por Silva, Santinelli e Silva (2014), os três pilares da sustentabilidade, conhecidos como *Triple Bottom Line*, representam a necessária consideração das empresas em suas tomadas de decisão estratégicas. Isso engloba a sustentabilidade social, que promove a educação, a cultura, o lazer e a justiça social na comunidade; a sustentabilidade ecológica, ao preservar ecossistemas diversificados; e a sustentabilidade econômica, como enfatizado por Diniz e Callado (2018), é essencial para o desenvolvimento e crescimento das dimensões social e ambiental dentro de uma organização, pois por meio dela os recursos serão alocados para práticas sociais e ambientais, com vistas ao reconhecimento futuro. Portanto, é crucial destacar que essas dimensões estão intrinsecamente interligadas e devem ser avaliadas de forma integrada para determinar a sustentabilidade de uma organização (KULAK; STEFANO; KUHLE, 2019).

Dessa forma, Agripino, Maracajá e Machado (2021) argumentam que a empresa que busca ser ambientalmente sustentável deve, simultaneamente, abraçar a responsabilidade social. Sob essa ótica, a sustentabilidade não se limita à preocupação com o meio ambiente, mas também inclui a consideração das pessoas e das comunidades impactadas pelas atividades da organização. Portanto, ser ecologicamente sustentável e socialmente responsável representa uma abordagem holística que busca equilibrar a preservação do planeta e o bem-estar das pessoas, reconhecendo-os como elementos interligados em uma estratégia empresarial ética e duradoura. A promoção da sustentabilidade nas organizações é alcançada por meio da gestão, e a alta administração desempenha um papel fundamental ao criar consciência sobre questões

socioambientais, tanto interna quanto externamente (AGRIPINO; MARACAJÁ; MACHADO, 2021). Trata-se de um processo que inclui também princípios de segurança relativos à fabricação de bens e prestação dos serviços.

Conforme colocam Cunha e Campos (2018), a conscientização sustentável, ao integrar princípios de segurança do produto, pode elevar a reputação da empresa perante a sociedade, possibilitando potenciais ganhos financeiros. No entanto, é importante observar que os benefícios não precisam necessariamente ser de natureza econômica, uma vez que também podem estar relacionados ao aumento da preferência do consumidor e ao fortalecimento da imagem da empresa (MADIME; GOLÇALVEZ, 2022).

No estudo de Paiva et al. (2019), foi constatado que a inclusão da responsabilidade socioambiental no cerne das operações empresariais não apenas promove a sustentabilidade, mas também fortalece a reputação e confere uma vantagem competitiva, especialmente para aquelas empresas que adotam tais princípios como parte fundamental de sua missão e valores, resultando em um desempenho superior. Coincidindo com essa perspectiva, Pacobello et al. (2022) destacam que as iniciativas de sustentabilidade corporativa exercem uma influência direta sobre a valorização ou desvalorização da imagem das empresas perante o mercado e perante os consumidores, pois a cada dia que passa demonstram ser mais exigentes no que diz respeito à responsabilidade socioambiental das organizações.

Segundo Leandro, Souza e Marques (2018), a gestão ambiental por exemplo desempenha um papel crucial no planejamento empresarial, contribuindo para a redução de custos diretos ao evitar a utilização inadequada de recursos escassos e dispendiosos, como matérias-primas. Nesse sentido, as organizações podem adotar estratégias ambientais voltadas para seus produtos e processos de produção, incluindo o desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos que envolvem a substituição de matérias-primas e componentes poluentes e tóxicos desde a fase de concepção, visando reduzir o consumo de recursos e minimizar desperdícios (HANSEN; FROEHLICH; CHREIBER, 2021). Assim sendo, a promoção da eficiência energética, da reciclagem responsável de componentes e do uso sustentável de recursos, juntamente com a adoção de processos produtivos ecologicamente corretos e inovações no design de produtos, tem se revelado lucrativa para as empresas (MUNERATTO; AGUIAR; VIERIA, 2017).

Fica evidente dessa maneira, a necessidade de reconhecer as principais iniciativas de sustentabilidade empresarial implementadas pelas organizações, os elementos que as impulsionam, os principais parâmetros de avaliação e a clareza na comunicação dessas ações

com seus públicos interessados. Consequentemente, tal abordagem serve como um guia para outras organizações, ressaltando a importância da responsabilidade corporativa na promoção do bem-estar social, no sucesso empresarial e no apoio ao desenvolvimento sustentável.

2.2 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EMPRESARIAIS

A necessidade de as empresas contribuírem de forma sustentável surge da importância de manter mercados estáveis e possuir as habilidades tecnológicas, financeiras e de gestão necessárias para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável (IMPERADOR; SILVA, 2018). De acordo com Almeida e Calado (2017), as empresas podem encarar as práticas socioambientais que adotam como respostas às expectativas da sociedade, buscando implementar aquelas que são consideradas as mais apropriadas, mesmo na ausência de uma obrigatoriedade legal. Além disso, essas ações representam empreendimentos que vão além das exigências legais e buscam objetivos que não se limitam apenas ao lucro (DINIZ; CALLADO, 2018).

Considera-se que uma entidade comprometida com a sustentabilidade tem como objetivo a edificação de uma sociedade que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta para as gerações futuras (DINIZ; CALLADO, 2018). À medida que as organizações ampliam a adoção de práticas sustentáveis, a importância de reconhecer os riscos e aproveitar as oportunidades também cresce (MUNERATTO; AGUIAR; VIEIRA, 2017). Portanto, ao longo dos anos, diversos autores têm enfatizado o interesse em constante ascensão pela sustentabilidade nas empresas, as práticas que estas estão incorporando e a forma como estão sendo implementadas em diversos setores e atividades econômicas.

Muneratto, Aguiar e Vieira (2017) constataram em seu estudo, realizado junto a empresas do setor mecânico, a adoção de práticas sustentáveis como: o tratamento adequado de materiais, abrangendo tanto resíduos químicos quanto recicláveis, gerados durante a produção, e a implementação de medidas de economia de energia elétrica, como telas translúcidas no telhado. Além disso, constataram que tais práticas são reconhecidas pelos consumidores, incentivando a sua continuação.

Amaral, Stefano e Chiusoli (2018), ao analisarem o relatório de sustentabilidade da Itaipu Binacional, empresa de energia, constataram que a organização segue o modelo *triple bottom line*. Isso se reflete na congruência com a visão, missão e diretrizes da empresa, além dos objetivos estratégicos. Como resultado, identificaram várias práticas socioambientais,

incluindo desenvolvimento de tecnologias de energia renovável, restauração de microbacias hidrográficas, inclusão social produtiva e melhoria da qualidade de vida de grupos vulneráveis. Além disso, identificaram que os funcionários participam ativamente em projetos e decisões.

Agripino, Maracajá e Machado (2021) estudaram o agronegócio brasileiro e concluíram que o setor avança na adoção de práticas sustentáveis, influenciado por leis ambientais rigorosas, beneficiando produtores, consumidores e comunidades locais com a adoção de tecnologias e políticas ambientais. Hansen, Froehlich e Schreiber (2021) identificaram que em indústrias calçadistas da Serra Gaúcha – RS há eficaz adoção de práticas socioambientais, incluindo a reciclagem interna de resíduos para criar nova matéria-prima, a reciclagem externa de papel, plástico, metais e vidros, juntamente com uma coleta seletiva de lixo, alinhada ao código de cores das lixeiras, adoção de energia renovável, investimento em segurança dos funcionários, apoio à educação, promoção de eventos culturais e voluntariado na comunidade.

Pacobello et al. (2022), em análise a grandes empresas do setor químico, verificaram que essas estão compromissadas com robustos padrões de sustentabilidade, pois apoiam e promovem projetos em prol do meio ambiente e da sociedade, além de preocuparem-se com temas como a ecoeficiência e a gestão de resíduos, por exemplo. Em contrapartida, em vinícolas nos Vales da Uva, Goethe, Citadin e Rosa (2022) destacaram que as medidas de sustentabilidade, embora estejam em conformidade com as regulamentações, são restritas devido ao tamanho das vinícolas, falta de certificações ambientais e de investimentos em tecnologias limpas. Quanto ao aspecto sociocultural, a presença de funcionários locais é limitada, mas há uma forte ligação com a cultura local, enquanto a cooperação entre as vinícolas poderia fortalecer sua posição no mercado econômico.

Pesquisas como as de Muneratto, Aguiar e Vieira (2017), Amaral, Stefano e Chiusoli (2018), Agripino, Maracajá e Machado (2021), Pacobello et al. (2022) e Citadin e Rosa (2022) ressaltam que para alcançar sustentabilidade empresarial em todas as esferas, é essencial adotar estratégias ambientais proativas que vão além das exigências legais. Na visão de Hansen, Froehlich e Chreiber (2021), o desenvolvimento sustentável é alcançado por meio da implementação de práticas de sustentabilidade socioambiental.

É crucial enfatizar que todas as práticas socioambientais adotadas implicam em gastos associados à sua implementação. Rossato, Trindade e Brondani (2009) salientam que as ações de gestão ambiental para preservar, controlar e recuperar o meio ambiente demandam recursos, que devem ser considerados como custos ambientais. Nesse sentido, Hansen e Mowen (2003) categorizam os custos ambientais em quatro tipos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação dos Custos Ambientais

Nomenclatura dos custos ambientais		Interpretação	Exemplos
Custos de preservação ambiental		Gastos resultantes das ações realizadas pela empresa para evitar a produção de substâncias contaminantes e/ou resíduos que possam causar danos ao meio ambiente.	Avaliação e escolha de fornecedores, seleção de equipamentos de controle da poluição, desenvolvimento de processos e produtos para reduzir ou eliminar contaminantes.
Custo de detecção ambiental		Gastos relacionados às atividades realizadas para verificar se os produtos, processos e outras atividades da empresa estão em conformidade com as normas ambientais.	Verificação de produtos e processos (para assegurar conformidade ambiental) e realização de testes de contaminação.
Custos de falhas ambientais internas		Gastos incorridos para lidar com a contaminação e resíduos produzidos dentro das instalações da empresa e não descarregados no meio ambiente.	Gerenciamento e eliminação de substâncias tóxicas, manutenção de equipamentos para controle da poluição.
Custos de falhas ambientais externas	Realizado	Gastos incorridos e pagos pela empresa após o descarte de substâncias contaminantes e resíduos no meio ambiente, incluindo medidas para mitigar ou gerenciar os danos.	Remoção de manchas de petróleo, descontaminação de solos e otimização do uso de materiais e energia.
	Não-realizado (custos sociais)	Gastos decorrentes das medidas tomadas após a contaminação ambiental causada pela empresa, custeadas por terceiros e levando em conta os impactos sociais associados.	Bem-estar individual afetado: necessidade de tratamento médico devido à poluição do ar. Degradação ambiental: inutilização de um lago para atividades recreativas devido à contaminação.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir Hansen e Mowen (2003).

Complementando, Gomes e Garcia (2013) destacam a importância de identificar e gerenciar os custos ambientais, o que permite às empresas avaliarem os benefícios financeiros de adotar práticas ecoeficientes na produção. Logo, é crucial para a sustentabilidade das organizações que os custos ambientais sejam identificados, reconhecidos e evidenciados, pois sua gestão eficaz é essencial para a continuidade dos negócios (ROSSATO; DE LIMA TRINDADE; BRONDANI, 2009).

De acordo com Melo Neto e Froes (1999), a responsabilidade social interna foca em motivar empregados e melhorar o ambiente de trabalho, aumentando a produtividade. A responsabilidade social externa beneficia a comunidade local. Atuando em ambas, a empresa exerce cidadania empresarial e se torna uma "empresa cidadã".

Em sequência, são apresentados alguns fatores que determinam a implementação das práticas sustentáveis pelo meio empresarial.

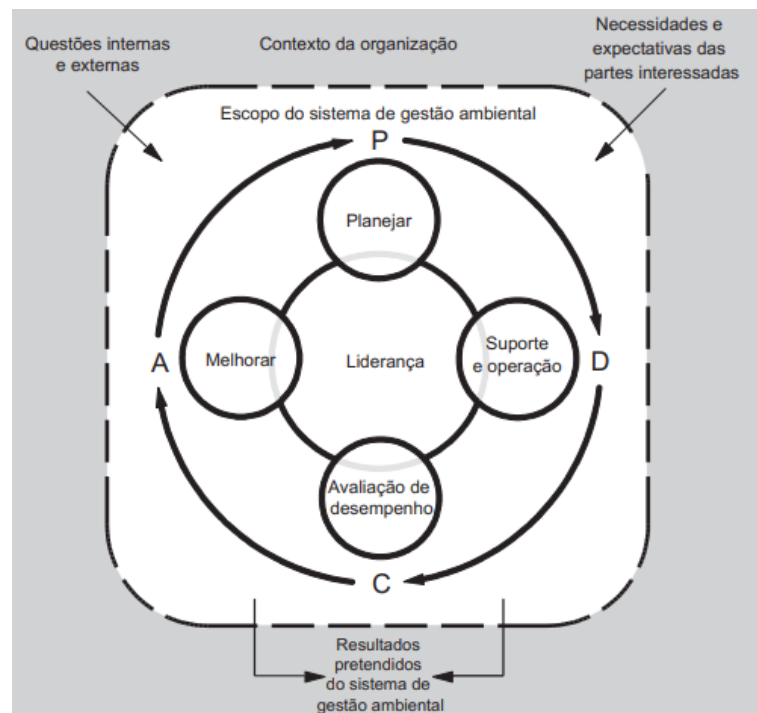
2.3 MOTIVAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Os sistemas de gestão ambiental integram funções administrativas e operacionais para mitigar os impactos ambientais causados pelas organizações (ALVES, 2022). Nesse contexto, é crucial destacar os estímulos que impulsionam a adoção de práticas socioambientais alinhadas com a gestão ambiental.

Na esfera ambiental, a importância das normas ISO 14000 é destacada. Conforme Backes, Kurek e Hoose (2022), essa série representa um modelo de gestão ambiental, composto por um conjunto de normas internacionais estabelecidas pela ISO (International Organization for Standardization), aplicáveis a empresas de todos os portes, setores e níveis. Em síntese, essas normas possibilitam a padronização de processos e a implementação de práticas que fomentam melhorias contínuas nas operações empresariais (SILVA; GUERRA; MACHADO, 2023).

De acordo com Alves (2022), a norma mais reconhecida, a ISO 14001, denominada ABNT NBR 14001 no Brasil, é a única certificadora desta série, contribuindo para aprimorar o desempenho organizacional através da eficiente gestão de recursos e da diminuição de resíduos. Além disso, a norma emprega a metodologia Plan-Do-Check-Act (PDCA), que constitui um ciclo fundamental para aprimoramento e controle de qualidade (NASCIMENTO; DOS SANTOS; NETO, 2022), conforme ilustrado na figura a seguir:

Figura 1 - PDCA



Fonte: (ABNT, 2015)

Conforme estabelecido pela ABNT (2015), o processo de gestão é composto por quatro etapas fundamentais: Planejar (Plan), que consiste em definir objetivos e processos; Executar (Do), que envolve a implementação do planejado; Verificar (Check), que inclui a análise dos processos e sua conformidade; e Agir (Act), que requer a implementação das ações necessárias.

Nicolella, Marques e Skorupa (2004) delineiam as etapas cruciais para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) utilizando a abordagem do PDCA em cinco princípios fundamentais. Primeiramente, a definição da Política Ambiental que, conforme normas ISO 14001, estabelece os princípios e intenções organizacionais. Em seguida, o Planejamento, que preconiza a elaboração de estratégias para atender a essa política, considerando requisitos legais, objetivos e metas ambientais. A etapa de Implementação e Operação concentra-se na execução eficaz do SGA, garantindo mecanismos de suporte para alcançar os objetivos ambientais propostos. Posteriormente, a Verificação e Ação Corretiva avaliam a conformidade com o programa ambiental, identificando e mitigando impactos negativos através de monitoramento, ações corretivas e preventivas. Por fim, a Análise Crítica promove a revisão contínua do sistema, visando melhorias na Política Ambiental, objetivos e demais elementos do SGA, perpetuando o ciclo de melhoria contínua.

No âmbito social, destaca-se a relevância da ISO 26000. Esta norma internacional aborda Diretrizes sobre Responsabilidade Social e serve como um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase no bem-estar da sociedade (BACKES; KUREK; HOOSE, 2022). Ela enfatiza que a governança organizacional desempenha um papel crucial na capacidade de uma empresa assumir responsabilidade por suas decisões e impactos (DEUS; SELES; VIEIRA, 2014). Em resumo, tanto as normas ISO 14000 quanto a ISO 26000, mencionadas, orientam os agentes econômicos, especialmente as empresas, a incorporarem práticas socioambientais em suas operações.

Complementarmente, há que se considerar que muitas organizações incorporam práticas de sustentabilidade não apenas de forma voluntária, mas também em resposta às pressões exercidas por seus parceiros comerciais e pela sociedade em geral (KULAK; STEFANO; KUHL, 2019). Em outras palavras, as empresas estão cada vez mais conscientes da importância de atender às expectativas e demandas de diversos grupos de interesse, como clientes, acionistas, funcionários e a comunidade em geral, como parte essencial de suas estratégias empresariais. O relacionamento das empresas com vários atores sociais não se limita apenas à venda de produtos ou serviços, mas, de maneira substancial, implica um compromisso com a

produção de efeitos concretos na melhoria da qualidade de vida das partes sociais associadas à empresa (MADIME; GOLÇALVEZ, 2022).

Como apontado por Paiva et al. (2019), as organizações têm ajustado suas estratégias em conformidade com as evoluções nos interesses dos stakeholders, com o objetivo de alcançar vantagem competitiva e garantir sua continuidade. Dentro desse contexto, segundo Madime e Gonçalves (2022), tem-se a teoria dos *Stakeholders*, destacando duas vertentes: a primeira se concentra na prestação de contas a todas as partes envolvidas, determinada pelos relacionamentos com a organização, sendo normativa; e, a segunda envolve a gestão de grupos específicos de partes interessadas em prol dos interesses da organização, buscando aprovação. Em outras palavras, o enfoque na teoria dos *stakeholders* é também uma perspectiva sociopolítica que propõe modelos explicativos para a relação entre a empresa e a ampla gama de *stakeholders* envolvidos (CRISÓSTOMO; CARNEIRO; GOMES, 2018).

Empresas que demonstram responsabilidade socioambiental são mais valorizadas tanto pelos consumidores quanto pelos investidores. Aquelas que desempenham esse importante papel na sociedade conquistam a preferência dos consumidores, que tendem a escolher empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável, em detrimento daquelas que não compartilham dessa meta (LEANDRO; SOUZA; MARQUES, 2018). Além disso, os acionistas frequentemente consideram práticas de sustentabilidade e divulgações como requisitos mínimos, reconhecendo o impacto substancial que tais iniciativas exercem (PACHECO et al., 2023).

Neste contexto, Freitas, Santos e Crisóstomo (2019) ressaltam a importância das organizações praticarem a divulgação de informações sociais e ambientais, destacando o compromisso dela em tornar mais transparentes suas ações de responsabilidade perante os diversos *stakeholders*. Embora não haja a obrigatoriedade da divulgação no Brasil, muitas empresas divulgam suas práticas sustentáveis, indo ao encontro do *Disclosure Voluntário*. Este, enfatiza que empresas que escolhem divulgar informações adicionais e pertinentes aos investidores podem alcançar diversos benefícios, como aumento no valor das ações e redução do custo de capital. Corroborando, Pacheco et al. (2023), constaram que empresas que optaram por divulgar seus Relatórios de Sustentabilidade (RS) e participaram do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) apresentaram, em média, um preço de ação superior em comparação com aquelas que não adotaram tais práticas. Assim, os benefícios decorrentes da participação no ISE e da divulgação do RS superam os custos associados, já que o preço médio das ações das empresas aumentou em R\$ 10,08.

Analogamente, o mercado desempenha um papel central na supervisão e regulamentação das atividades empresariais, agindo como uma defesa contra práticas abusivas por parte das empresas (MADIME; GONÇALVEZ, 2022). Sobre outra perspectiva, a legislação ambiental, cada vez mais rigorosa, influencia fortemente as decisões das organizações, que devem se adaptar às exigências de níveis municipal, estadual e federal (HANSEN; FROEHLICH; CHREIBER, 2021).

Nesse contexto, é de suma importância destacar algumas legislações que demandam atenção. Primeiramente, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, conhecida como a Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelece princípios, objetivos e instrumentos para a proteção e preservação ambiental no Brasil, criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e regulando questões como licenciamento, fiscalização e responsabilidade por danos ambientais para assegurar o desenvolvimento sustentável e a qualidade ambiental. Outra legislação que merece ser destacada se traduz na Lei nº 9.605/98, a Lei dos Crimes Ambientais, que define as penalidades para diversas infrações, desde desmatamento ilegal até casos de poluição. Merece menção, também, a Lei 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e obriga tanto o setor público quanto o privado a gerenciar e reciclar resíduos de forma transparente, visando a redução do desperdício e a promoção da responsabilidade ambiental.

As leis ambientais desempenham um papel crucial na preservação do meio ambiente e na mitigação dos impactos sociais e ambientais, incentivando as empresas a cumprirem-nas, não apenas para evitar penalidades, mas também para salvaguardar sua imagem institucional (MUNERATTO; AGUIAR; VIEIRA, 2017). Em geral, as empresas, motivadas por diversos fatores, tendem a adotar tais práticas em suas operações, buscando legitimar suas atividades e incorporá-las de maneira institucionalizada, seja por iniciativa própria ou em resposta às demandas da sociedade e de seus parceiros comerciais (KULAK; STEFANO; KUHL, 2019).

Nesse contexto, pode-se elencar o estudo realizado por Muneratto, Aguiar e Vieira (2017) junto a uma empresa do setor mecânico, que identificou diversas razões fundamentais no incentivo à incorporação de práticas sustentáveis. Estas razões abarcam tanto elementos externos, incluindo-se a necessidade de cumprir regulamentações ambientais, responder às demandas dos consumidores e prevenir acidentes ecológicos, quanto aspectos internos, que englobam a busca pela redução de custos e despesas. Assim, torna-se nitidamente evidente que diversos fatores motivacionais interligados desempenham um papel de grande relevância na determinação das empresas em adotar práticas de sustentabilidade.

A seguir, são delineadas as maneiras pelas quais os agentes econômicos conduzem a divulgação e avaliação da implementação das práticas sustentáveis.

2.4 AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Segundo Diniz e Callado (2018), investidores e acionistas valorizam não só critérios financeiros tradicionais, mas também o desempenho das empresas em questões ambientais e sociais, conforme a *Triple Bottom Line*. Diante disso, é reconhecido pelas empresas a necessidade de avaliar minuciosamente seu desempenho socioambiental como uma parte essencial de suas estratégias e de comunicar de maneira transparente os investimentos realizados nesse domínio (PETRILLI; RACHID; NETO, 2019).

Indubitavelmente, os indicadores desempenham um papel crucial como elementos fundamentais para a avaliação eficaz da sustentabilidade corporativa de cada empresa. Como salientado por Neto e Candido (2020), esses indicadores são concebidos como "ferramentas" compostas por uma ou mais variáveis, que podem ser conectadas de diversas maneiras. Nesse sentido, eles são empregados para identificar problemas, reconhecer desafios, elaborar políticas, implementar medidas e avaliar o desempenho (IMPERADOR; SILVA, 2018). Um exemplo de avaliação da sustentabilidade empresarial é representado pelo conceito do "tripé da sustentabilidade". Conforme Agripino, Maracajá e Machado (2021), esse modelo é aplicado no contexto empresarial como uma ferramenta simplificadora para analisar o desempenho da organização em termos econômicos, ambientais e sociais.

De maneira geral, para alcançar-se esse objetivo, é essencial estabelecer metas e criar ferramentas de medição (NETO; CÂNDIDO, 2020). Araújo et al. (2006) também destacaram os principais indicadores sustentáveis nas empresas, abrangendo três dimensões. Na dimensão ambiental, enfocaram a redução de emissões nocivas, eficiência no uso de recursos, conformidade com normas ambientais, e investimentos em biodiversidade. Na dimensão econômica, ressaltaram o aumento do faturamento, pagamento de tributos, lucratividade, investimentos e expansão das exportações. Por fim, na dimensão social, consideraram o desenvolvimento da comunidade, segurança no trabalho, responsabilidade social, treinamento, práticas trabalhistas e diversidade cultural como indicadores-chave de sustentabilidade nas organizações.

Corroborando com os resultados de Araújo et al. (2006), Neto e Candido (2020) identificaram indicadores de sustentabilidade corporativa no setor energético, que são

semelhantes. Eles revelaram a presença de 133 indicadores, os quais estão distribuídos em quatro dimensões: social (66), econômica (16), ambiental (38) e governança corporativa (13). Notáveis entre esses indicadores estão os seguintes aspectos: na dimensão social, destacam-se questões relacionadas ao trabalho forçado e compulsório, bem como à capacitação e desenvolvimento profissional; na dimensão econômica, são relevantes as despesas com salários e impostos; na dimensão ambiental, merecem destaque a gestão dos impactos na biodiversidade, os impactos decorrentes do transporte de produtos, as ações para redução das emissões de gases do efeito estufa, as medidas de prevenção de derramamento de óleo e as multas relacionadas a essas atividades; na dimensão de governança corporativa, é importante considerar os direitos dos acionistas.

Resumidamente, para melhor detalhar os indicadores ambientais e sociais, a dimensão social foca no relacionamento da organização com todas as suas partes interessadas (*stakeholders*) – funcionários, sociedade, governo, consumidores e fornecedores (DELAI; TAKAHASHI, 2008; PETRILLI; RACHID, NETO, 2019). Por outro lado, a dimensão ambiental busca o crescimento organizacional ecologicamente correto, sem destruir o meio ambiente e sem afetar as pessoas que estão ao seu redor, fazendo com que os recursos renováveis não se esgotem no futuro (DINIZ; CALLADO, 2018). Em termos gerais, é importante analisar as particularidades da empresa ou do local a ser examinado, levando em consideração o enfoque mais apropriado da situação a ser pesquisada, onde as diferentes facetas, métricas e indicadores devem possibilitar a avaliação do grau de sustentabilidade (NETO; CANDIDO, 2020).

Santos, Santos e Sehnem (2016) dizem que a utilização dos indicadores propostos requer pré-requisitos, considerando o contexto organizacional e objetivos alinhados ao planejamento. Segundo os autores, isso demanda participação ativa de todos, incluindo aqueles responsáveis pela medição e gestão, além de uma comunicação aberta com envolvidos diretos e indiretos, podendo implicar em mudanças, flexibilidade e superação de resistências.

De maneira geral, independente do setor, qualquer atividade econômica afeta a sociedade (PACHECO et al. 2023). Nesse sentido, é uma obrigação das empresas comunicar as ações provocadas ou realizadas, sejam elas positivas ou negativas. Assim, a comunicação com os *stakeholders* faz uso dos relatórios de sustentabilidade como uma ferramenta para disseminar os indicadores ambientais e sociais (ALMEIDA; CALADO, 2017). Além disso, a divulgação de um relatório de sustentabilidade mostra como a empresa se porta perante questões sociais, dos projetos que implementa na comunidade, evidenciando como emprega sua

missão e valores (PACHECO et al., 2023). Em resumo, essa prática permite que as empresas demonstrem seu compromisso com operações comerciais responsáveis e prestem conta, contribuindo para a construção de confiança e credibilidade.

Conforme Crisóstomo, Carneiro e Gomes (2018), independentemente do enfoque adotado, a divulgação assume uma importância cada vez maior, especialmente nos mercados que demandam maior transparência e disponibilidade de informações para avaliar adequadamente a empresa em seu contexto. Existem várias maneiras de disseminar informações relativas à sustentabilidade, e alguns relatórios de sustentabilidade se esforçam para compartilhar essas práticas e avaliar os impactos socioambientais das organizações. Essas formas de divulgação incluem relatórios anuais, balanços sociais e até mesmo a disponibilização de informações em seus *sites* (PAIVA et al., 2019).

Segundo Pollyana e Tavares (2020), a divulgação do Balanço Social desempenha um papel fundamental ao estreitar os vínculos da empresa com seus diversos públicos, fortalecendo essas relações. Nesse sentido, o Balanço Social atua como um mecanismo de evidencição, em um contexto no qual a transparência e a comunicação são elementos estratégicos para otimizar os resultados organizacionais (LIMA; STETTINER; JR., 2021). Além disso, é de suma importância fomentar a análise desse instrumento na sociedade e debater sua obrigatoriedade, visando a avaliação ética das empresas em relação aos interesses locais (ANDRADE; FREITAS JÚNIOR; PIMENTEL, 2023). No cenário brasileiro, alguns modelos de balanços sociais e relatórios de sustentabilidade se destacam, como o modelo previsto na NBC TG 15 - Informações de Natureza Ambiental e Social, o Balanço Social do Ibase, o modelo desenvolvido pelo Instituto Ethos e o Modelo Internacional do *Global Reporting Initiative* (GRI).

Em sequência, são apresentados os modelos de relatórios sociais que se prestam à evidencição das práticas de sustentabilidade empresarial.

2.5 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Andrade, Freitas Júnior e Pimentel (2023), destacam que o Balanço Social (BS) é um relatório que fornece aos usuários internos e externos dados sobre a responsabilidade socioambiental das empresas. Na década de 1970, a ideia de responsabilidade social empresarial difundiu-se na Europa, com a empresa alemã Steag elaborando um relatório social em 1971, e o marco dos balanços sociais foi estabelecido em 1972, pela empresa francesa Singer (IBASE,

2008). O BS, originado na França, em 1977, surgiu em resposta à pressão social, incentivando as organizações a priorizarem a preservação ambiental para promover uma melhor qualidade de vida para a população (LUCIO; RAMOS, 2023).

De acordo com Oliveira (2006), os relatórios anuais das empresas têm como objetivo informar os acionistas, enquanto o balanço social visa divulgar dados relevantes para diversos *stakeholders*. Tinoco (2006) destaca que o balanço social atua como um instrumento transparente de gestão, revelando o desempenho econômico e social das entidades de maneira precisa e compreensível. Bem como, a participação nos relatórios é voluntária e serve de apoio à gestão sustentável, divulgando riscos e oportunidades (SOUZA; BENEDICTO; SILVA, 2021).

Nesse contexto, em agosto de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução nº. 1.003/04, estabelecendo a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. Esta norma delinea diretrizes para a divulgação de informações sociais e ambientais, com o objetivo de destacar o compromisso e a participação da organização na sociedade. Para além das informações compulsórias, a organização possui a autonomia para acrescentar outros relevantes em seu relatório de contas. Nesse sentido, o CFC não tem a prerrogativa de exigir das empresas a elaboração dessas Demonstrações, mas sim de disciplinar aquelas que optarem voluntariamente por fazê-las (ARANHA, DE REZENDE, 2020).

A estrutura proposta pelo CFC oferece uma variedade de informações contábeis, sociais e ambientais, atendendo a diferentes usuários de demonstrações contábeis, como indicado no Quadro 2.

Quadro 2 - Estrutura do Balanço Social - NBC T 15

Tipo de informação	Discrição
Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado
Recursos Humanos	O relatório deve incluir detalhes abrangentes sobre remuneração, benefícios, composição do pessoal e obrigações trabalhistas, especificamente destacando valores totais gastos em cada categoria e o número de beneficiários entre funcionários, administradores, terceirizados e autônomos.
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	É necessário incluir informações sobre o envolvimento com a comunidade, clientes e fornecedores, bem como os incentivos resultantes dessas interações.
Interação com o Meio Ambiente	Investimentos e despesas com manutenção relacionados à melhoria ambiental nos processos operacionais; investimentos e despesas para a preservação e recuperação de ambientes degradados; gastos com educação ambiental para funcionários, terceirizados, autônomos e gestores, além da comunidade; investimentos em outros projetos ambientais; número de processos ambientais, administrativos e judiciais; valor das multas e indenizações por questões ambientais; e passivos e contingências ambientais.

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de BRASIL (2004).

Outro relatório social que merece destaque, por sua ampla disseminação em todo o Brasil, é o Balanço Social - IBASE. Conforme IBASE (2008), o sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, deu início, por meio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em 1997, a uma campanha para promover a divulgação de Balanços Sociais por empresas no Brasil. Betinho e a equipe do IBASE desenvolveram o primeiro modelo de Balanço Social, em cooperação com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), visando simplicidade, consenso e uma implementação rápida. Adicionalmente, Machado e Silva (2020) salientam que o modelo é disponibilizado de forma simplificada em uma única tabela de uma página, visando proporcionar simplicidade e facilitar a compreensão. Essa abordagem permite uma comparação direta entre as informações de dois exercícios sociais, facilitando a avaliação das melhorias no desempenho empresarial por meio de indicadores e pontos de atenção (LIMA; STETTNER; JR., 2021). Além disso, conforme destacado por Machado e Silva (2020), a apresentação em formato tabular elimina a necessidade de um guia para o preenchimento, o que contribui para a praticidade no uso.

Adicionalmente, este modelo fornece informações acerca de benefícios, projetos e iniciativas destinados a diversas partes interessadas, tais como funcionários, comunidade, consumidores, investidores, acionistas, governo, financiadores e meio ambiente (ANDRADE; FREITAS JÚNIOR; PIMENTEL, 2023). Destaca-se também a ênfase em indicadores sociais internos, dando prioridade a aspectos objetivos em detrimento dos subjetivos, refletido na quantidade de indicadores associados à responsabilidade social interna (MACHADO; SILVA, 2020). Esse conjunto de indicadores abrange quarenta e três medidas quantitativas e oito qualitativas, distribuídas em sete categorias, conforme destacado na estrutura do modelo no Quadro 3.

Quadro 3 - Modelo de estrutura BS – IBASE

Tipo de informação	Descrição
Base de Cálculo	Dados gerais da empresa, receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta.
Indicadores Sociais Internos	Investimentos internos obrigatórios e voluntários para funcionários.
Indicadores Sociais Externos	Investimentos voluntários para a sociedade em áreas como educação e saúde.
Indicadores Ambientais	Investimentos para mitigar impactos ambientais e melhorar a qualidade ambiental.
Indicadores de Corpo Funcional	Relacionamento da empresa com funcionários, diversidade e inclusão.
Cidadania Empresarial	Ações relacionadas ao público, com ênfase no interno.
Outras Informações	Espaço para informações relevantes e requisitos para selo de responsabilidade social.

Fonte: Adaptado pela autora, a partir do IBASE (2006).

De igual modo, o Instituto Ethos, fundado em 1998 por empresários do setor privado, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) dedicada a promover a responsabilidade social e empresarial (ARAÚJO; LIMA SILVA; OLIVEIRA, 2019). Por conseguinte, atua como um centro de coordenação de conhecimento, intercâmbio de experiências e criação de ferramentas para apoiar as empresas na avaliação de suas práticas de gestão, fortalecendo seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável (ETHOS, s.d.). Nesse sentido, desenvolveu e propôs um modelo de relatório social, cuja estrutura concebida considera elementos que são passíveis de aplicação em organizações de todos os tipos, incluindo aquelas sem fins lucrativos, independentemente do tamanho ou da área de atuação (LIMA; STETTINER; JR., 2021).

Dessa forma, a estrutura de BS do Instituto Ethos é evidenciada no Quadro 4.

Quadro 4 – Modelo de estrutura BS – Ethos

Tipo de informação	Descrição
parte 1 – Apresentação	Mensagem do presidente, perfil do empreendimento e setor da economia.
Parte 2 – A empresa	Histórico, missão, visão, princípios, valores, estrutura, funcionamento e governança corporativa
parte 3 – A atividade empresarial	Diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho.
Parte 4 – Anexos	Demonstrativo do BS modelo IBASE, iniciativas de interesse da sociedade (projetos) e notas gerais.

Fonte: Adaptado pela autora, a partir do ETHOS (2007).

Assim, o Ethos molda a identificação de vários conjuntos de indicadores, concentrando-se especialmente nos indicadores de desempenho social como meio de avaliar a sustentabilidade empresarial, conforme destacado na Quadro 5.

Quadro 5 – Indicadores Ethos

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO	
Tipo de informação	Descrição
Aspectos descritivos	Avaliam impactos da geração e distribuição de riqueza produtividade e investimento.
Indicadores de qualidade	Medem a geração de riqueza, produtividade e investimentos.
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL	
Tipo de informação	Descrição
Público interno	Envolvem diálogo, participação, respeito ao indivíduo e promoção do trabalho decente.
Meio ambiente	Incluem a responsabilidade para com gerações futuras e gerenciamento do impacto ambiental.
Fornecedores	Abordam seleção, avaliação e parceria com fornecedores.
Consumidores e Clientes	Envolvem a dimensão social do consumo, excelência no atendimento e gerenciamento de danos potenciais
Comunidade	Incluem relações com a comunidade local e ação social.
Governo e Sociedade	Abordam transparência política e liderança/influência social.

Fonte: Adaptado pela autora, a partir do ETHOS (2007).

Sob uma ótica diferente, no contexto dos relatórios de sustentabilidade, a organização sem fins lucrativos, GRI, sediada na Holanda, oferece diretrizes e indicadores que permitem a todas as organizações, independentemente do porte ou setor, a elaboração de relatórios sustentáveis (SANTOS; SANTOS; SEHNEM, 2016). Desde sua criação em 2000, o relatório é amplamente adotado por diversas entidades em mais de 90 países, incluindo organizações multinacionais, governos, PMEs, ONGs e grupos industriais (STOCKER; TONTINI; SARTURI, 2020). O modelo internacional do *Global Reporting Initiative* (GRI) é considerado o padrão internacional de relatórios de sustentabilidade.

Segundo o GRI (2013), ao criar um relatório de sustentabilidade, a organização pode escolher entre três níveis: C (iniciante), B (intermediário) e A (avançado). Cada nível define o número de elementos do perfil organizacional e indicadores de desempenho a serem abordados. É possível adicionar um ponto extra (+) a cada nível (por exemplo, C+, B+, A+), mas requer uma auditoria externa para certificação. O nível C exige no mínimo 10 indicadores, o B requer pelo menos 20, e o A exige todos os indicadores. A Figura 2 ilustra esses níveis.

Figura 2 - Níveis de aplicação da GRI

Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da GRI RESULTADO	Responda aos itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da GRI RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da GRI & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: GRI (2013).

Conforme Stocker, Tontini e Sarturi (2020), a *Global Reporting Initiative* (GRI) busca uniformizar os relatórios de sustentabilidade globalmente, proporcionando às empresas uma estrutura para avaliar seu desempenho em conformidade com leis, regulamentos e iniciativas voluntárias. Nesta perspectiva, a estrutura do relatório é evidenciada no Quadro 6.

Quadro 6 – Modelo de Estrutura GRI

Estrutura	Descrição
Estratégia e Análise	Avalia como a organização identifica e aborda os principais impactos, riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade.
Perfil Organizacional	Descreve a identidade da empresa, incluindo sua missão, valores, histórico e estrutura operacional, contextualizando-a no cenário em que atua.
Parâmetros para o Relatório	Estabelece as bases metodológicas e conceituais para a elaboração do relatório, delineando escopo, limites, critérios de avaliação e princípios adotados.
Governança, Compromisso e Engajamento	Aborda a estrutura de governança da empresa, seus compromissos éticos e seu envolvimento com partes interessadas, como clientes, colaboradores e a comunidade.
Formas de Gestão e Indicadores de Desempenho	Detalha as práticas e processos de gestão sustentável, acompanhados por indicadores que mensuram o desempenho ambiental e social.

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de GRI (2013).

Costa (2012) ressalta que as diretrizes do GRI para relatórios de sustentabilidade abrangem três dimensões inter-relacionadas: econômica (envolvendo despesas, benefícios e informações financeiras), ambiental (considerando impactos no ar, água, solo, biodiversidade e saúde) e social (abrangendo saúde ocupacional, estabilidade do empregado, direitos humanos, salários e condições de trabalho). Em consonância, de acordo com Ethos (2007), os indicadores de desempenho de sustentabilidade propostos pelo GRI estão agrupados nessas três dimensões mencionadas. Além disso, a dimensão social se desdobra em práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto, conforme delineado no Quadro 7.

Quadro 7 – Indicadores de Desempenho GRI

Categoria	Descrição	Indicadores
Econômica	Práticas financeiras	Receita total, margem de lucro, ROI, crescimento da receita, liquidez financeira
Ambiental	Práticas e impactos relacionados ao meio ambiente.	Consumo de energia, emissão de gases efeito estufa, gestão de resíduos, pegada de carbono, uso sustentável de recursos naturais
Social	Práticas Trabalhistas	Taxa de rotatividade de funcionários, índice de satisfação do funcionário, horas de treinamento por funcionário, diversidade/inclusão, saúde e segurança no trabalho
	Direitos Humanos	Conformidade legal, treinamento em direitos humanos, igualdade de oportunidades
	Sociedade	Participação em iniciativas sociais, impacto social, contribuições para desenvolvimento comunitário, diálogo com stakeholders

	Responsabilidade pelo Produto	Comprometimento com a qualidade e segurança dos produtos.	Segurança e qualidade do produto, sustentabilidade do Ciclo de Vida do produto
--	-------------------------------	-----------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de GRI (2013).

Apesar da inexistência da obrigatoriedade de um modelo único de Balanço Social, a presença dos modelos mencionados não impede que as empresas comuniquem suas práticas sociais e ambientais através de relatórios de gestão personalizados, permitindo a seleção de indicadores que atendam melhor às suas necessidades específicas (MACHADO; SILVA, 2020). Em síntese, independentemente do modelo escolhido, os indicadores presentes nesses relatórios não apenas quantificam, mas também qualificam as práticas socioambientais, tornando os relatórios de administração, sustentabilidade e balanços sociais ferramentas poderosas para comunicar iniciativas de sustentabilidade e identificar áreas de aprimoramento aos *stakeholders*.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos que guiaram a elaboração do estudo e está organizada com base no desenho metodológico, que inclui a categorização da pesquisa, a descrição da unidade de análise, o processo de coleta, tratamento e análise dos dados. A seção também faz menção às limitações relativas ao desenvolvimento do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

De acordo com Gil (2008), o delineamento de pesquisa é descrito como o planejamento abrangente da pesquisa, englobando tanto a sua estruturação quanto a antecipação da análise e interpretação dos dados.

Nesse contexto, devido ao problema em questão, a pesquisa opta por uma abordagem qualitativa, uma vez que visa identificar e caracterizar as práticas socioambientais adotadas por diversos agentes econômicos, interpretando-as. Logo, a pesquisa qualitativa se baseia na análise da conexão e inter-relação dos dados interpessoais (MICHEL, 2009).

Quando se consideram os objetivos, o estudo é classificado como descritivo, focando na identificação e caracterização das principais práticas socioambientais implementadas e seus impulsionadores. A pesquisa descritiva visa investigar e esclarecer questões, eventos ou situações da vida real (MICHEL, 2009). Ela se caracteriza pela observação, registro, classificação, análise e interpretação de dados sem intervenção direta do pesquisador (BARROS; LEHFELD, 2007).

Em relação aos procedimentos técnicos, a técnica de análise de conteúdo foi adotada com o propósito de melhor analisar as práticas de sustentabilidade utilizadas no meio organizacional e referenciadas no conteúdo das bibliografias pesquisadas. Destaca-se que essa técnica proporciona uma riqueza de detalhes que revela significados não sempre aparentes, permitindo a compreensão dos dados, tanto qualitativos quanto quantitativos (BATISTA; OLIVEIRA; CAMARGO, 2021). Assim como, é um conjunto de etapas para analisar comunicações de forma objetiva e sistemática, a fim de inferir conhecimentos sobre como as mensagens são produzidas e recebidas (BARDIN, 2016, p. 48).

O estudo assume a forma de uma pesquisa bibliográfica, concentrando-se na análise de estudos científicos previamente publicados sobre o tema. Importa esclarecer que, segundo Lunetta e Guerra (2023), para produzir uma pesquisa bibliográfica eficaz, o autor deve dedicar-

se à leitura criteriosa e crítica das fontes confiáveis, fundamental para selecionar, classificar e solucionar problemas de pesquisa ou testar hipóteses.

Além disso, adota a análise bibliométrica para caracterizar a produção científica nacional, divulgada em periódicos nacionais de sustentabilidade, acerca das práticas socioambientais implementadas e divulgadas por agentes econômicos. A bibliometria, segundo Teixeira, Iwamoto e Medeiros (2013), visa medir o conhecimento e compreender a sua produção.

A análise bibliométrica oferece uma visão ampla e quantitativa, enquanto a análise qualitativa proporciona uma compreensão mais profunda e contextualizada. Ao combinar essas abordagens, é possível obter uma compreensão mais completa e aprofundada dos fenômenos em estudo. Nesse sentido, a análise de conteúdo também foi adotada com o propósito de melhor analisar as práticas de sustentabilidade utilizadas no meio organizacional e referenciadas no conteúdo das bibliografias pesquisadas. Destaca-se que a análise de conteúdo proporciona uma riqueza de detalhes que revela significados não sempre aparentes, permitindo a compreensão dos dados, tanto qualitativos quanto quantitativos (BATISTA; OLIVEIRA; CAMARGO, 2021).

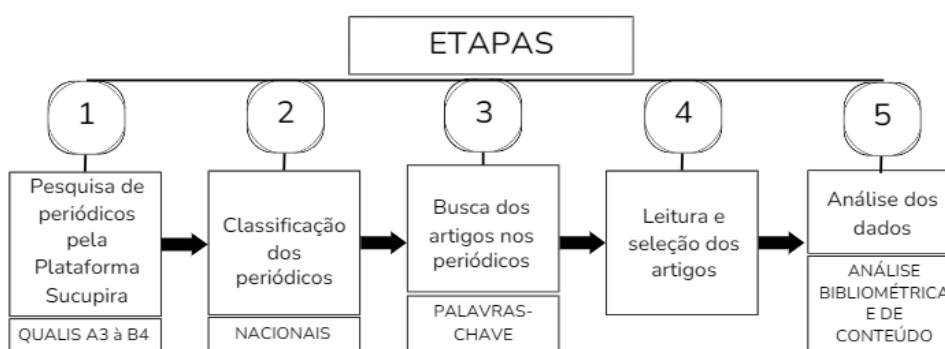
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS

Na análise bibliométrica, a investigação se inicia com a seleção de um segmento específico da literatura. Para a coleta de dados, este estudo se baseou na pesquisa de dados secundários, provenientes de periódicos científicos nacionais de sustentabilidade, da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, classificados com Qualis A3, A4, B1, B2, B3 e B4 pela Plataforma Sucupira. Destaca-se que, pela Plataforma Sucupira, não foram encontrados periódicos nacionais de sustentabilidade, da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, conforme o atual Qualis 2017-2020, com Qualis A1 e A2. A escolha dessa plataforma se justifica pelo fato de os estudos selecionados terem sido publicados em revistas científicas ou estarem associados a instituições científicas reconhecidas.

Quanto à abrangência temporal, definiu-se que os trabalhos considerados deveriam ter sido publicados entre 2010 e 2023, representando um intervalo de treze anos. Essa escolha decorre da observação de que os periódicos relacionados ao tema começaram a ser instituídos e publicados a partir de 2010. A partir dessa data, várias revistas associadas à temática de

sustentabilidade surgiram, o que caracteriza um período crucial a ser estudado. A partir dessa estratificação, optou-se por realizar uma pesquisa avançada em cada uma das revistas, utilizando a busca termo a termo por "sustentabilidade", "gestão socioambiental", "práticas socioambientais" e "ações socioambientais" nos títulos, resumos ou palavras-chave. Essa busca foi realizada no período compreendido entre os meses de dezembro de 2023 e março de 2024. Destarte, a consecução da pesquisa envolveu 5 etapas conforme elucidada a Figura 3.

Figura 3 - Etapas da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

Primeiramente, na etapa 1, foram realizadas buscas em todos os periódicos com Qualis A3 a B4, da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, classificados no Qualis 2017 – 2020 pela Plataforma Sucupira. Optou-se por analisar os periódicos A3, A4, B1, B2, B3 e B4, pois são os melhores classificados pela Capes para os periódicos de sustentabilidade, daquela área. Na etapa 2, a classificação dos periódicos foi realizada, selecionando-se apenas os nacionais. Na etapa 3, foi feita uma busca nos *sites* dos periódicos nacionais, especificamente junto aos periódicos editados, fazendo-se uso das palavras-chave supramencionadas.

Em seguida, na etapa 4, procedeu-se à leitura dos resumos, introduções, metodologias e resultados para identificar as práticas socioambientais implementadas e/ou relatadas por agentes econômicos. Artigos de revisão bibliográfica ou ensaio teórico não foram considerados, focando-se nos resultados das pesquisas para identificar práticas de sustentabilidade. Adicionalmente, para aprimorar esta pesquisa, foram examinadas as práticas socioambientais de agentes econômicos, evidenciadas nos artigos, abrangendo tanto pessoas jurídicas quanto físicas, de diferentes setores, tanto público quanto privado, que possuíssem a capacidade de

influenciar e impulsionar a economia, afetando a sociedade como um todo. Por fim, na etapa 5, a análise dos dados foi realizada por meio da análise bibliométrica e de conteúdo.

No Quadro 8, estão dispostas as principais técnicas que foram utilizadas para se alcançar os objetivos do estudo.

Quadro 8 – Procedimentos utilizados para o alcance dos objetivos propostos

Objetivos	Procedimentos e Técnicas de Análise
(a) levantar as características dos estudos científicos publicados acerca do tema, a partir da seleção de um fragmento da literatura;	Análise bibliométrica, conduzida para caracterizar os estudos, incluindo aspectos como período de estudo, autoria, instituições dos autores, localização geográfica, número médio de autores por artigo e metodologia utilizada.
(b) identificar as principais práticas socioambientais implementadas e relatadas por agentes econômicos;	Técnica de análise de conteúdo, identificando e listando as ações socioambientais adotadas pelos agentes econômicos. Caracterização das práticas ambientais amparada na categorização de custos ambientais de Hansen e Mowen (2003), juntamente com práticas sociais embasadas no modelo do Ibase.
(c) analisar como se caracterizam as práticas socioambientais implementadas;	
(d) verificar como são relatadas as práticas de gestão socioambiental por agentes econômicos participantes dos estudos publicados; e,	A partir das leituras e das análises especificamente o enfoque foi: d) respaldada em indicadores, relatórios e balanços de sustentabilidade, tais como os da NBC TG 15, do Ibase, do Instituto Ethos e da GRI.
(e) investigar os principais fatores que influenciaram os agentes econômicos a implementar e relatar suas práticas socioambientais.	e) alicerçada em fatores como ISO 14001, ISO 26000, <i>Disclosure</i> ambiental, pressão de <i>stakeholders</i> e legislações compulsórias.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, descreve-se como os dados foram processados para atender aos objetivos propostos.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os artigos selecionados foram analisados por meio da análise bibliométrica, com base em variáveis básicas e avançadas. As variáveis básicas são mais simples e observáveis, enquanto variáveis avançadas são mais complexas e exigem um maior nível de conhecimento por parte dos pesquisadores (SOARES; ROSA; ENSSLIN, 2017).

Nesse sentido, em relação as variáveis básicas, o estudo visa verificar quais as principais características dos artigos selecionados, em cumprimento ao primeiro objetivo específico, sendo observadas as variáveis: horizonte temporal, autoria dos artigos, instituições dos autores, média de autores por artigo e metodologia aplicada. Para lidar com esses aspectos, destaca-se o uso da análise bibliométrica, um método para medir e avaliar o progresso científico em um campo em constante evolução (NUNHES; OLIVEIRA, 2020). Para organizar as informações

encontradas, foi utilizado o Microsoft Excel® como uma ferramenta bibliométrica. Este *software* foi empregado para analisar as variáveis específicas, apresentadas em formato de planilha eletrônica, facilitando a visualização e a criação de tabelas para a disposição dos dados. Posteriormente, as informações foram extraídas, analisadas e agrupadas de acordo com os descritores, seguindo os eixos estabelecidos.

No que se refere às variáveis avançadas, a análise investiga a relação das publicações com a estrutura teórica do estudo, considerando o conceito de sustentabilidade empresarial, práticas socioambientais empresariais, motivações para a implementação de práticas socioambientais, avaliação e divulgação da sustentabilidade empresarial e relatórios de sustentabilidade. Através da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), a avaliação inclui a identificação das principais estratégias implementadas nessa área, juntamente com os fatores que impulsionam tais ações, os indicadores e relatórios mais frequentemente mencionados no contexto do relato das atividades socioambientais, de modo a atender aos demais objetivos específicos.

A análise de conteúdo também foi empregada para caracterizar as práticas socioambientais implementadas por agentes econômicos, sendo que a caracterização das medidas de gestão ambiental espelhou-se na classificação atribuída por Hansen e Mowen (2003) e, das medidas de gestão social, definições de Melo Neto e Froes (2002).

3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Quanto às limitações para a realização do estudo, destaca-se o corte longitudinal do trabalho, o qual foi analisado a partir de 2010, quando se identificou a edição e publicação dos periódicos relativos à temática da sustentabilidade e classificados na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, da Capes. Nesse sentido, tem-se que os padrões da ISO14000, conforme esclarece o referencial teórico deste estudo, entraram em vigor no Brasil a partir de 1999, pressupondo que o ideal seria se avaliar estudos que identificaram a implementação de práticas socioambientais a partir desse evento.

Adicionalmente, a pesquisa se restringiu aos periódicos que tinham presente em seu título o termo sustentabilidade, classificado na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, da CAPES. Sendo assim, outras práticas socioambientais poderão ter sido implementadas por agentes econômicos, sendo estudadas e evidenciadas em outros periódicos da área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem por função apresentar os resultados obtidos a partir da utilização dos procedimentos técnicos mencionados na seção de metodologia e as discussões pertinentes. Tais resultados vêm em atendimento aos objetivos propostos no estudo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS – PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Os resultados deste estudo partem da identificação do fragmento da literatura acerca do tema práticas socioambientais, apresentando no Quadro 9 os 77 artigos que compõem o Portfólio Bibliográfico (PB), seguindo a ordem de acordo com a data da publicação de cada artigo, assim identificados nas referências [PB1] até [PB77]. O referido quadro evidencia os autores, o ano da publicação, o periódico de publicação, o Qualis e o número de citações.

Quadro 9 – Artigos do PB sobre práticas socioambientais

PB	Autor	Ano	Periódico	Qualis	Citações
1	COLARES, A. C. V.; MATIAS, M. A.	2014	GeAS	A3	12
2	RAUTA, J.; FAGUNDES, J. R.; SEHNEM, S.	2014	GeAS	A3	0
3	TODOROV, M. C. A.; MARTINS, C. B.; MARTINS, S. B.; NOVARETT, M. C. Z.	2014	GeAS	A3	0
4	ROCHA, C. M.; MAÇANEIRO, M. B.	2014	GEAS	A3	13
5	GARDINI, A. DE O.; DE AZEVEDO, D. B.; MATIAS, M. J. DE A.	2014	REUNIR	A4	0
6	ORTEGA, S. G.	2014	OS	B2	9
7	DE OLIVEIRA, E. C.; PEREIRA, R. DA S.	2014	OS	B2	0
8	MOROZINI, J. F.; DE CASTRO, J.	2014	OS	B2	2
9	ECKERT, A.; NETO, S. L. H. C.; SCOPEL BOF, D. S.	2015	GeAS	A3	0
10	De DE MACÊDO, A. T.; MARTINS, M. F., A. T.	2015	GeAS	A3	0
11	DE MAZO, C. G. D.; PAMPOLIN, C. P. G.	2015	GeAS	A3	0
12	SILVA, A. H.; MARCHI, J.; HÓRBE, T. A. N.; DE MOURA, G. L.	2015	GeAS	A3	10
13	DOS SANTOS, G. S.; SEHNEM, S.; DE FREITAS, M. S.	2015	GeAS	A3	0
14	COSTA, L. L. N.; MONTENEGRO, L. M.	2015	AOS	B1	0
15	BARCELOS, D. P.; TASSIGNY, M. M.; CARLOS, M. DA G. O.; BIZARRIA, F. P. DE A.; FROTA, A. J. A.	2015	AOS	B1	3
16	FERRAREZI, J. DOS S.; MRTVI, V. DE O.; WESTPHAL, F. K.	2015	OS	B2	0
17	THEIS, V.; SCHREIBER, D.	2015	SiD	B2	5
18	DA SILVA, A. R.; CIRANI, C. B. S.; SERRA, F. A. R.	2016	GeAS	A3	0

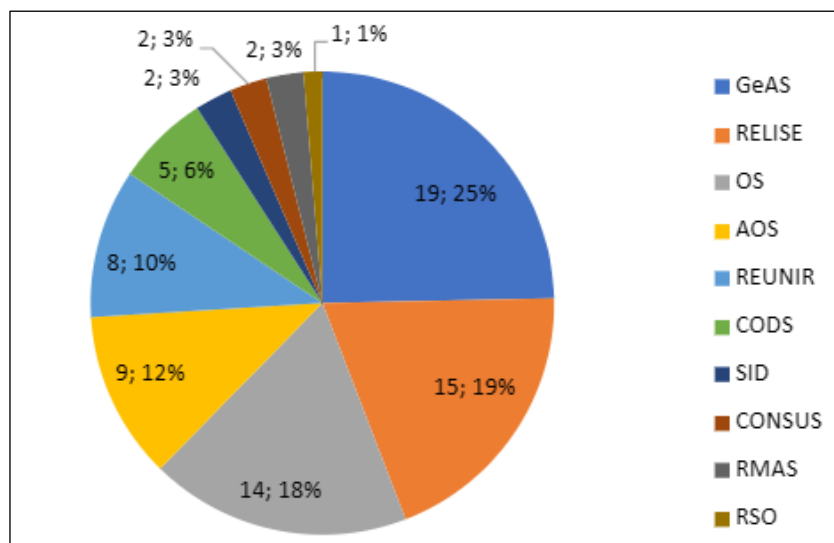
19	FROELICH, C.; BITENCOURT, C. C.	2016	GeAS	A3	0
20	CALAZANS, L. B. B.; GLESSIA SILVA, G.	2016	GeAS	A3	0
21	BATISTA, K. R.; DE MELO, J. F. M.; DE CARVALHO, J. R. M.	2016	GeAS	A3	0
22	TEIXEIRA, M. G.; ZAMBERLAM, J. F.; DOS SANTOS, M. B.; GOMES, C. M.	2016	GeAS	A3	1
23	DOS SANTOS, L. A.; MARZALL, L. F.; GONÇALVES, D. L.; GODOY, L. P.	2016	REUNIR	A4	0
24	FERREIRA, P. A.; PINHEIRO, A. M.; CARDOZO, H. L. G.; BARROS, D. F.	2016	REUNIR	A4	0
25	ZANIN, D. F.; PANHOCA, L.; ESPEJO, M. M. DOS S. B.	2016	RELISE	B2	5
26	DO PATROCÍNIO; B. A.; COHEN; M., B. A.	2016	OS	B2	0
27	PACHECO; L. M.; KRÜGER; C.; LOURENÇÃO; M. T. DE A.; CALDANA; A. C. F.	2016	OS	B2	11
28	BRUNETTI, M. B.; TEIXEIRA, G.; STEFANO, S. R.; NETTO, F. F., M. B.	2016	OS	B2	0
29	VASCONCELOS; I. B.; JUNIOR; F. H.	2016	OS	B2	0
30	SOARES, R. R.	2017	GeAS	A3	18
31	SERAMIM, R. J.; ZANELLA, T. P.; ROJO, C. A.	2017	GeAS	A3	0
32	MATSUD, P. M.; PINOCHET, L. H. C.	2017	GeAS	A3	26
33	COMUNELLO, F.; TRINDADE, L. DE L.; DEIMLING, M. F.	2017	GeAS	A3	0
34	DA SILVA, A. C. B. B.; DA SILVA, A. D. F.	2017	AOS	B1	17
35	CAMARGO, C. R.; DA ROSA, L. A. B.; GOMES, C. M.; KNEIPP, J. M.; ROC, A. C.	2017	AOS	B1	0
36	IGARASHI, D. C. C.; SIBIM, M. C.; IGARASHI, W.; BORBA, J. A.; RAIMUNDINI, S. L.	2017	RELISE	B2	0
37	DE OLIVEIRA, M. C. R.; NUNES, C. M.; MARTINS, C. M.; PIRES, G. S.	2017	CODS	B2	5
38	TOZZO, B. P.; IGARASHI, D. C. C.; IGARASHI, W.; DA SILVA, Q. L. R. F.	2017	ComSus	B3	0
39	MARTINS, A. J. A.; DE ALMEIDA, M. L.; SOUZA, D. M. DA S.	2018	GeAS	A3	0
40	DINIZ, M. L. F.; CALLADO, A. L. C.	2018	AOS	B1	0
41	DE SOUZA, G.; SILVA, W. A. C.	2018	RELISE	B2	14
42	DA ROCHA, R. T.; PAGAN, K. M.; PAGAN, N. M.; QUERINO, G. L. R. F.; RODRIGUES, L.	2018	RELISE	B2	0
43	MILOSZ, B. R.; KUHL, M. R.	2018	RELISE	B2	0
44	RUGGI, M. O.; NASCIMENTO, T. C.; DE MENDONÇA, A. T. B. B.; KOHN, T. A. M. T.	2018	OS	B2	0
45	JHUNIOR, R. DE O. S.; VILELA, N. G. S.	2018	OS	B2	2
46	DAMICO, R. V. L.; MACINI, N.; FERREIRA, T. C.; ALVES, M. F. R.; CALIA, R. C.	2018	OS	B2	0
47	CAPPELLARI, N.; STEFANO, S. R.; DE CASTRO, M.	2018	OS	B2	0
48	GIACOMIN, J.; ERNANI OTT, E.	2018	RMAS	B3	0
49	BRANCO, L. M. P. DE C.; PEREIRA, R. DA S.; PALMISANO, A.	2019	REUNIR	A4	2
50	DE CARVALHO, M. C. DOS S.; GOMES, S. C.	2019	AOS	B1	0
51	TREPTOW, I. C. T.; MACHADO, P. R. S.; KNEIPP, J. M. K.; SILUK, J. C. M.	2019	RELISE	B2	0
52	THOMÉ, J.; DA ROCHA, A. C.	2019	RELISE	B2	0
53	LEHNHART, E. DOS R.; RUBERT, A. M. C.; TAGLIAPIETRA, R. D.; BENDER, C. S.	2019	RELISE	B2	0
54	DE ARAÚJO, M. A.; SANTOS, S. M. DE S.; DE MIRANDA, A. C. C.; CEOLIN, A. C.; ABICHT, A. DE M.	2019	RELISE	B2	2

55	BERNARDO, W. DA S.; TEIXEIRA, C. C.; MOREIRA, M. A.; BRIGID, J. DOS S. S.	2019	CODS	B2	0
56	BIANCO, A. C.; SIGAIH, T. F. A. C.; SALTOTORO, P.; VIEIRA, M. H. P.	2019	OS	B2	0
57	GEWEHR, F. G. C.; BARATA, A. J. S.; ALVES, R. R.	2019	RMAS	B3	0
58	DA SILVA, M.; THEIS, V.; SCHREIBER, D.; E FIGUEIRO, P. S.	2020	REUNIR	A4	1
59	DA SILVA, G. C.; STEFANO, S. R.; CHIUSOLI, C. L.	2020	AOS	B1	0
60	FROEHLICH, C.	2020	AOS	B1	0
61	MELO; B. A. P.; CAÑETE; V. R.; FERNANDES; D. DE A.; RIBEIRO; M. F.; DA SILVA; R. A.	2020	CODS	B2	0
62	BARBOSA; S. A.; RODRIGUES; A. P. DE V.; MOREIRA; M. A.	2020	CODS	B2	2
63	DOS SANTOS, F. F.; SEHEN, D. F. P.; DE SOUSA, M. A. B.; CECHIN, N. F.	2020	OS	B2	0
64	NETO, H. G.; SILVEIRA, V. D.	2020	RSO	B3	9
65	MACHADO, M. C. R.; JOHN, E.; DOS SANTOS, R. C.	2021	RELISE	B2	11
66	DE LIMA, F. C.; MARTINS, C. M.; PIRES, G. S.; BOTELHO, C. R. V.	2021	CODS	B2	0
67	DA ROCHA, I. D.; SCHMIDT, O.; VERONEZE, S.; BATISTELLA, A. J.; ZANIN, A.	2021	ComSus	B3	0
68	VIER, M. B.; THEIS, V.; SCHREIBER, D.	2022	REUNIR	A4	5
69	ROVEDA, T. S.; BRIZOLLA, M. M. B.; BAGGIO, D. K.; SAUSEN, J. da F. C. L.	2022	REUNIR	A4	0
70	CITTADIN, A.; DA ROSA, F. S.	2022	REUNIR	A4	2
71	MOURA, T.; PEZENTI, S. C.; LAGO, S. M. S.; MENEGHATTI, M. R.	2022	RELISE	B2	0
72	MALAVAZI, N. C.; AMARANTE, J. M.	2022	RELISE	B2	0
73	FERMON, É. R. F.; MESQUITA, M. G. De S.; DA SILVA, C. F.; XAVIER, B. V.; FREIRE, M. M. A.	2022	RELISE	B2	0
74	CARLOS, E. De A.	2022	RELISE	B2	0
75	JALES, F. DA S.; NEUTZLING, D. M.; DIAS, G. P.	2022	SiD	B2	2
76	HEBERLE, É. L.; VOGT, K.	2023	AOS	B1	0
77	REIS, S.; DE OLIVEIRA, C. R.	2023	RELISE	B2	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

A partir dos dados apresentados no Quadro 09, desenvolveu-se a análise bibliométrica, com base nas variáveis básicas. Observou-se que dos 77 artigos publicados entre os anos de 2014 e 2023, 19 (dezenove) foram publicados na Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GEAS (Figura 4);

Figura 4- Representatividade dos periódicos



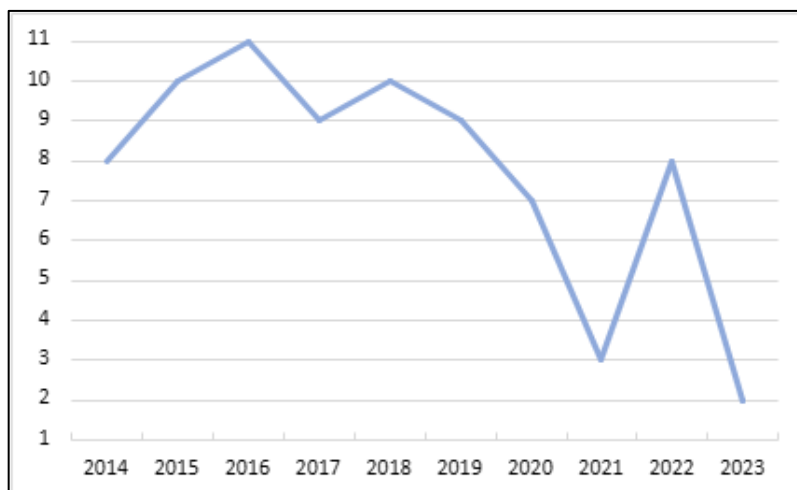
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Conseqüentemente, os Qualis predominantes foram A3 e B2, indicando que os estudos foram publicados em revistas qualificadas da área de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, bem classificadas conforme a Plataforma Sucupira.

Quanto ao horizonte temporal, os dados listados no Quadro 9 revelam que houve uma maior concentração de publicações em 2016 (14,29%), seguido por 2015 e 2018 (12,99%), 2017 e 2019 (11,69%), 2014 e 2022 (10,39%), 2020 (9,09%), 2021 (3,90%) e 2023 (2,60%). De modo geral, apesar da queda em 2021 e 2023, as publicações mantiveram uma tendência positiva, como mostrado na Figura 5, indicando uma atenção contínua ao tema, com a produção e publicação de mais de um artigo por ano.

No entanto, considerando que essas revistas são voltadas para a área de sustentabilidade, há a necessidade de uma análise mais aprofundada do tema, pois, entre todos os artigos, 52 nunca foram citados. Dos restantes, apenas 9 se destacaram com 10 ou mais citações, sendo eles: o de Silva et al. (2015), com 10 citações; de Pacheco et al. (2016) e Machado, John e Dos Santos (2021), com 11 citações; de Colares e Matias (2014), com 12 citações; de Rocha e Maçaneiro (2014), com 13 citações; de Souza e Silva (2018), com 14 citações; de Silva e Silva (2017), com 17 citações; de Soares (2017), com 18 citações; e de Matsuda e Pinochet (2017), com 26 citações.

Figura 5 - Número de Artigos Publicados por Ano



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O estudo também teve por preocupação identificar as instituições com maior número de autores envolvidos nas publicações. O Quadro 10 mostra as instituições com a respectiva quantidade de autores. As instituições que se destacaram foram a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com maior número de autores (22), seguida da Universidade de São Paulo (USP), com 20 autores. Considerando aquelas com mais de 5 autores, destacam-se a Universidade Estadual de Maringá (UEM), com 9 autores, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), ambas com 7 autores cada, e a Universidade da Amazônia (UNAMA), com 6 autores. Observa-se, a partir do elenco das instituições listadas, que universidades públicas e privadas envolvidas nas produções científicas, tanto estaduais quanto federais, abrangendo uma ampla diversidade.

Quadro 10 - Instituições e autores

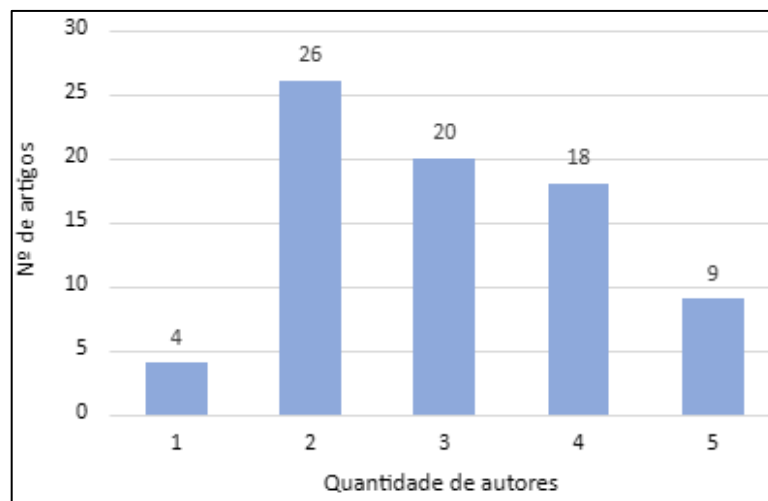
Instituições e autores			
Instituições	Qntd	Autores	Total
UFSM	1	22	22
USP	1	20	20
UEM	1	9	9
UFRGS	1	8	8
UFMG, UNICENTRO, UNIFOR	3	7	21
UNAMA	1	6	6
UFPR, UFSC, FEARP, FAM, ESTÁCIO	5	5	25
UNINOVE, PUC, UFCG, Feevale, UFP, UFRA, Unicentro, UFRP, Unochapecó, UNIJUÍ, Unioeste	11	4	44
USCS, UNISINOS, UFS, Unigranrio, UNIOESTE, UFPE, UTFPR, UNIPAMPA, UFPA, UFU, FEEVALE	11	3	33
UNOESC, UNIVALI, UNINTER, FGV, UFAL, UFPB, UFMS, Unihorizontes, UNIR	9	2	18

FAESP, UNIFAE, Unoesc, Univali, UNOPAR, UEL, FAMES, IFRJ, MACKENZIE, UFRPE, UNINASSAU, UPE, Unisinos, DUESTO, UNIVAG, UFV, FAPAS, INSPER, UFSCAR, UNISOCIESC, UNIAVAN, UNIFAMAZ, UNESC, FEI, UFPI, UNOCHAPECO, UCEFF	27	1	27
Total			233

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Além disso, com base no Quadro 10 e na Figura 6, foram identificados 233 autores contribuindo para a elaboração dos 77 estudos da amostra do PB. Em média, cada estudo foi escrito por 3 autores. Especificamente, 34% (26) dos estudos foram escritos por 2 autores, 26% (20) por 3 autores, 23% (18) por 4 autores, 12% (9) por 5 autores, e 5% (4) por 6 autores. Dentre todas as produções, observou-se que alguns autores participaram de mais de um estudo, como é o caso de Theis, V. e Schreiber, D. (17, 58, 68), Schreiber, D. (17, 58, 68), Stefano, S. R. (28, 47, 59), Sehnem, S. (2, 13), Martins, C. M. (37, 66), Pereira, R. Da S. (7, 49), Froehlich, C. (19, 60), Gomes, C. M. (22, 35), Kneipp, J. M. (51, 37), Igarashi, D. C. C. (36, 38), Pires, G. S. (37, 66), e Moreira, M. A. (55, 26). Nesse sentido, os autores identificados se destacam na temática das práticas de sustentabilidade empresarial, tornando-se possíveis referências no tema, já que a pesquisa na área avança lentamente.

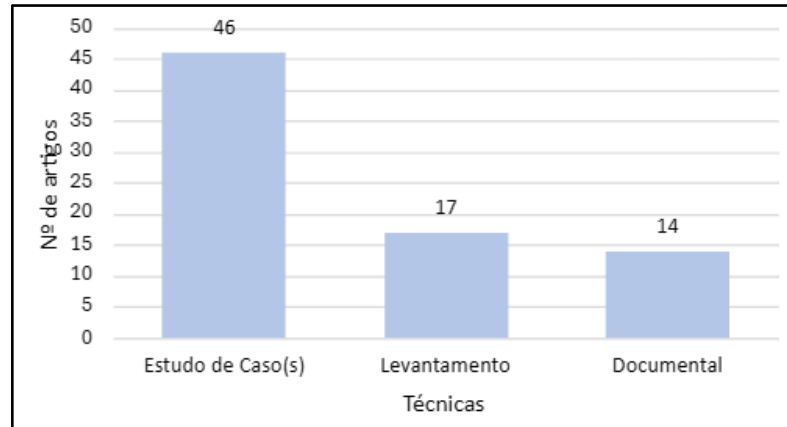
Figura 6 - Número de autores por artigo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Em relação à metodologia aplicada nos artigos estudados, identificou-se que os artigos se classificam como estudo de caso, de levantamento e pesquisa documental. Como estudo de caso, tem-se 60% (46) dos estudos analisados; como de levantamento, em 22% (17) e pesquisa documental, em 18% (14) dos artigos. Tais resultados podem ser visualizados na Figura 7.

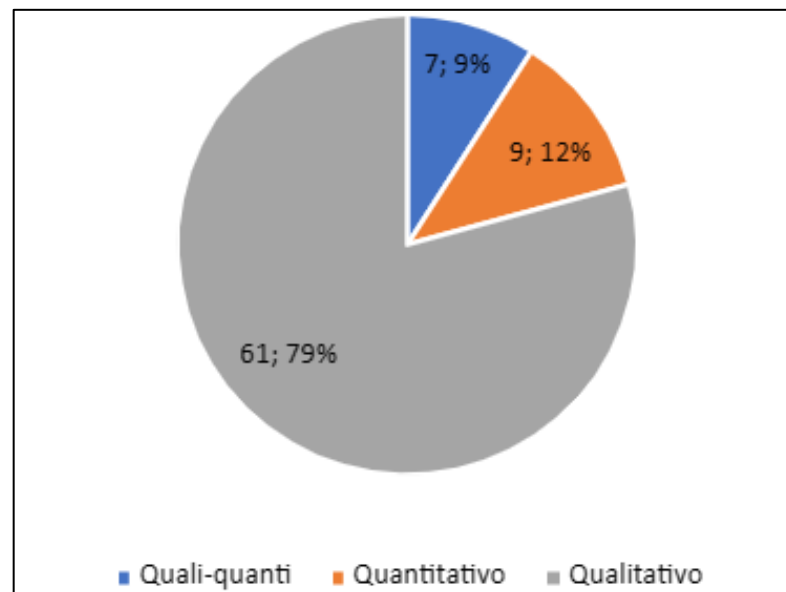
Figura 7 - Número de artigos e classificação quanto aos procedimentos técnicos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

A Figura 8 busca mostrar a classificação das pesquisas com relação à abordagem do problema. Pode-se perceber que 79% (61) dos artigos foram analisados de forma qualitativa, 12% (9) de forma quantitativa e 9% (7) de forma quali-quanti.

Figura 8 - Número De Artigos Publicados Por Ano



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Com base nas classificações dos estudos, quanto aos procedimentos técnicos e quanto à abordagem do problema, tem-se que a maioria dos estudos realizados ocupou-se do estudo de caso e da abordagem qualitativa para a resolução do problema de investigação e atendimento aos objetivos através das técnicas previstas, ou seja, estudo de caso aliando-se à pesquisa qualitativa.

Após essa identificação, no capítulo seguinte, procede-se à caracterização das ações socioambientais previstas nas publicações. Essa caracterização foi amparada na categorização de custos ambientais de Hansen e Mowen (2003), juntamente com a categorização das práticas sociais, fundamentadas no modelo de relatório social do Ibase e de Melo Neto e Froes (2002), que constam no referencial teórico deste trabalho.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PB

Nesta etapa, começa-se a análise das variáveis avançadas, com o objetivo de identificar, dentro do PB, as principais práticas socioambientais implementadas e relatadas por agentes econômicos. Essa análise foi realizada por meio de uma análise de conteúdo, que identificou e listou as ações socioambientais adotadas pelos agentes econômicos, que fizeram parte dos estudos publicados. Primeiramente, foram identificadas as práticas de natureza ambiental, seguidas pelas práticas sociais, conforme descrito no Quadro 11.

Quadro 11 - Identificação/caracterização das práticas ambientais e sociais

PB	TÍTULO	PRÁTICAS AMBIENTAIS	CARACTERIZAÇÃO	PRÁTICAS SOCIAIS	CARACTERIZAÇÃO
1	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL DE EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS – BRASIL NA ÓTICA DA ECOEFICIÊNCIA	Elaboração de manuais de práticas ambientais; grupos de melhoria; auditorias internas e externas; sistemas de gestão ambiental (SGA) certificados pela ISO 14.001; alternativas sustentáveis na produção; monitoramento da qualidade; gerenciamento de resíduos, foco em redução e reciclagem; realização de estudos de impactos ambientais; acompanhamento das análises de efluentes.	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental; conscientização dos funcionários para a importância da economia de luz, água, redução de resíduos, e reciclagem;	Medida de Gestão Interna
				Educação ambiental.	Medida de Gestão Externa
2	GESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DA PRODUÇÃO BIODINÂMICA: UMA ALTERNATIVA À SUSTENTABILIDADE EM UMA VINÍCOLA CATARINENSE	Adubação verde; consorciação; rotação de culturas; controle biológico de pragas; implantação de cercas vivas e integração das atividades agrícolas.	Medida de Gestão Preventiva	Adaptação ergonômica dos espaços; fornecimento de EPIs; melhoria da infraestrutura; treinamento e capacitação; programas de saúde ocupacional, oferecendo atividades físicas, consultas médicas periódicas e campanhas de vacinação.	Medida de Gestão Interna
				Apoio a pequenos produtores locais; ações culturais e educativas - palestras e oficinas sobre temas relevantes, workshops de reciclagem e oficinas de artesanato; Integração com a Comunidade - feiras, festivais, funcionários e comunidade.	Medida de Gestão Externa
3	A DISSEMINAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS BASEADAS NO BALANCED SCORECARD: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAL	Programa de Racionalização de Recursos Naturais – Econsientizar; consumo sustentável de energia elétrica e água na empresa; descarte correto de todos os insumos utilizados, inclusive dos próprios veículos, como o óleo que vaza.	Medida de Gestão Preventiva	Criação de uma nova carreira que não existia: inspetor veicular - treinando mais de 400 colaboradores para a carreira e, atualmente, muitos deles já saíram da empresa e estão desenvolvendo a profissão em outros negócios.	Medida de Gestão Interna

4	INTERFACE ENTRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS: O CASO DE DUAS EMPRESAS DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE	Estações hidrométricas e telemétricas; materiais alternativos; auditoria ambiental; equipe de gestão responsável pelas questões ambientais; monitoramento legislação ambiental; sistemas de gestão de resíduos, água, etc; processos de reciclagem.	Medida de Gestão Preventiva	Programas de treinamento ambiental para funcionários	Medida de Gestão Interna
		Difusores de membrana na estação de tratamento de efluente.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa		
5	Programas e Práticas Sustentáveis na Bovinocultura de Corte de Mato Grosso do Sul: Caminhos para a Consolidação de uma Bovinocultura Sustentável	Certificação - Associação do Novilho Precoce (ASPNP); Adoção do Manual de Boas Práticas Agropecuárias (BPA);	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Produção de Cartilhas Educativas.	Medida de Gestão Interna
		Rotação de Pastagem - Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF); Pecuária Bovina Orgânica (PBO).	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa		
6	SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL: SIGNIFICADOS, PRÁTICAS E IDEOLOGIA	Plano de gestão dos resíduos; reciclagem e reaproveitamento; destinação dos resíduos.	Medida de Gestão Preventiva	Capacitação e educação.	Medida de Gestão Interna
		Controle das quantidades descartadas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa		
7	ÍNDICE DE GESTÃO AMBIENTAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UM ESTUDO COMPARATIVO COM OUTROS SETORES	Estrutura da Gestão Ambiental; Política Ambiental; certificação ISO 14001; fontes renováveis e eficiência no uso de energia elétrica e água; combustíveis fósseis, lenha e carvão; plantio de árvores; reutilização e tratamento de efluentes; medidas para controlar e reduzir as emissões atmosféricas, incluindo políticas para a neutralização de carbono e mitigação de mudanças climáticas.	Medida de Gestão Preventiva	Exigência de comprovação sistemática de práticas ambientais dos seus fornecedores.	Medida de Gestão Externa
			Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa		
8	SUSTENTABILIDADE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ	Tecnologias para melhoria do projeto, design e embalagem do produto; tecnologias ou procedimentos de conservação de energia e água;	Medida de Gestão Preventiva	Cursos ou treinamentos da mão de obra para gestão ambiental.	Medida de Gestão Interna
		Sistemas de disposição de resíduos sólidos; adoção de tecnologias ou procedimentos para reduzir ruídos; procedimentos de recuperação de água.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa		
9	INICIATIVAS E PRÁTICAS AMBIENTAIS DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO VALE DO CAÍ - RS	Redução no consumo de energia nas unidades da empresa; economia de materiais, como redução de impressões e uso de copos descartáveis; coleta seletiva de resíduos em algumas unidades ou áreas; contato com cooperativas de catadores ou outras empresas de processamento de resíduos para destinar resíduos de produtos.	Medida de Gestão Preventiva	Programas de capacitação ambiental; canal de comunicação informal para questões de ruídos, poeira, odores e outros; participação ativa em reuniões ou grupos de trabalho para buscar soluções práticas para o setor.	Medida de Gestão Interna
10	A SUSTENTABILIDADE URBANA SOB A ÓTICA DA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO NAS EMPRESAS CONSTRUTORAS DE CAMPINA GRANDE-PB	Otimização do espaço urbano; uso de materiais recicláveis ou com baixo impacto ambiental; redução da quantidade de resíduos gerados durante as obras; uso de tecnologias limpas, renováveis; sistemas de reutilização/economia de água; reutilização de resíduos como insumos, assim como destino e armazenamento adequado.	Medida de Gestão Preventiva	Projetos para educação ambiental interno à empresa;	Medida de Gestão Interna
				Projetos de reciclagem em comunidades; construção de habitações populares destinadas às áreas de risco ou favelas; integração do setor da construção civil; priorização em projetos que atendam uma coletividade (praças, parques e áreas de lazer).	Medida de Gestão Externa
11	SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: A APLICAÇÃO DO MÉTODO GAIA DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM UMA EMPRESA	Investimento em proteção ambiental; matérias-primas oriundas de recursos renováveis; controle da geração de resíduos perigosos durante o processamento; redução do consumo de energia.	Medida de Gestão Preventiva	Valorização do capital intelectual; oferta de participação nos lucros ou outras formas de motivação; conscientização e capacitação;	Medida de Gestão Interna
				Fornecedores certificação pelos padrões de saúde e segurança BS 8800 ou OHSAS 18001/normas ambientais ISO 14001; sensibilização de fornecedores, comunidade, órgãos ambientais, clientes.	Medida de Gestão Externa

12	RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA GAÚCHO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (PGQP)	Substituição do correio em papel por comunicações eletrônicas internas; implementação de políticas de economia de energia; uso de equipamentos não poluentes no processo de produção; políticas de Sustentabilidade Ambiental; reciclagem de materiais utilizados na produção;	Medida de Gestão Preventiva	Adoção de Código de Conduta Ambiental - local de trabalho, discriminação e ambiente.	Medida de Gestão Interna
13	AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DE UM CURTUME GAÚCHO À LUZ DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA)	Captação da água da chuva para subsistência; certificações ISO 9.001 e ISO TS 16.949; logística reversa, os resíduos de couro são enviados para uma unidade fabril onde são utilizados na produção de adubos orgânicos; gerenciamento de resíduos; reaproveitamento da água no processo produtivo.	Medida de Gestão Preventiva	Não identificada	Não identificada
14	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um estudo no setor de cerâmica vermelha de Itabaiana-se	Uso de lenha certificada de reflorestamento; reutilização de resíduos cerâmicos no processo produtivo; Instalação de filtros para retenção de poluentes; controle e monitoramento das emissões de gases, particulados e dos níveis de ruído emitidos pelos caminhões e maquinários.	Medida de Gestão Preventiva	Treinamentos sobre segurança e uso de EPIs; medidas preventivas para acidentes ocupacionais;	Medida de Gestão Interna
				Doação de blocos cerâmicos para construção de moradia e peças defeituosas para aterros.	Medida de Gestão Externa
15	EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL À LUZ DA NBC T 15: o caso da Natura	Estruturação de cadeias de fornecimento de resíduos sólidos de maneira eficiente e inclusiva; Programa Carbono Neutro para neutralizar emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs) em toda a cadeia de produção; compra de créditos de carbono; e redução do consumo de água por unidade produzida.	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	Medida de Gestão Interna
				Apoio à educação, como o projeto "Crer Para Ver"; seleção e desenvolvimento de fornecedores baseada em práticas socioambientais; inclusão de comunidades locais na cadeia produtiva, como parte do Programa Amazônia.	Medida de Gestão Externa
16	SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE LONDRINA	Organização adequada dos materiais no canteiro de obras para evitar mau armazenamento e desperdícios; estudos e pesquisas para a implantação de novas tecnologias que substituam métodos produtivos prejudiciais ao meio ambiente; novas tecnologias para otimizar o uso da matéria-prima e reduzir a geração de resíduos; materiais renováveis e reciclados para aumentar a vida útil das edificações e minimizar impactos ambientais; metodologia de Avaliação do Ciclo de Vida (LCA) para mensurar os impactos ambientais associados à seleção e uso de materiais.	Medida de Gestão Preventiva	Cartilhas de educação ambiental; treinamento e capacitação, proporcionando maior segurança na utilização de novos equipamentos.	Medida de Gestão Interna
				Palestras sobre temas ambientais para crianças; aulas de artesanato utilizando materiais residuais da construção civil, promovendo geração de renda e ensino de nova profissão; disponibilização de espaços abertos à comunidade para exposição de artes; campanhas de arrecadação de agasalhos e de doação de sangue.	Medida de Gestão Externa
17	Análise das Práticas Ambientais em Atividades de Inovação de Produtos e Processos	Redução do uso de matérias-primas nocivas ao meio ambiente; conservação de energia, água e recursos não renováveis; redução dos materiais das embalagens para diminuir o impacto ambiental; encaminhamento de resíduos para centrais de resíduos licenciadas, aterros sanitários ou venda para empresas de sucata; análise do impacto ambiental da cadeia produtiva e implantação de medidas de controle da poluição; eficiência do tratamento de efluentes e busca por alternativas inovadoras.	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental;	Medida de Gestão Interna
				Programas de ajuda a crianças, adolescentes e grupos desfavorecidos; apoio financeiro a instituições beneficentes.	Medida de Gestão Externa

18	DESEMPENHO ECONÔMICO E AMBIENTAL: PRÁTICAS DE ECOINOVAÇÃO EM BIODIGESTORES EM EMPRESAS PROCESSADORAS DE MANDIOCA	Inovação periódica; compras verdes (lenha de reflorestamento), sistema de gestão ambiental; desenvolvimento de ecoprodutos; projetos de design verde; queimador (equipamento responsável pela queima do biogás diretamente na tubulação sem causar alteração no sabor do produto), ventilador (equipamento que "suga" o biogás com mais força e lança-o dentro da fornalha para a realização da queima); peneira vibratória horizontal (separando a terra da raiz, gerando economia de água da primeira lavagem realizada na cadeia produtiva, evitando que as lagoas fiquem cheias de lodo e incapacitadas de liberar todo o gás metano produzido).	Medida de Gestão Preventiva	Colaboração ambiental com fornecedores e clientes; logística reversa e compras verdes com seus parceiros.	Medida de Gestão Externa
19	SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ARTECOLA	Desenvolvimento de produtos sustentáveis; matérias-primas de fontes renováveis; Ecoeficiência; redução do consumo de água, de energia, de materiais etc.; Sistema de Gestão Ambiental; Implantação da política ambiental e ISO 14001; Reaproveitamento de resíduos.	Medida de Gestão Preventiva	Programas de desenvolvimento; Saúde do trabalhador; Implantação do Comitê de Desenvolvimento Humano e Ética. Implantação da Fundação Francisco Xavier (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP) e da Universidade Corporativa; Projetos sociais com as comunidades; Desenvolvimento de produtos que facilitam a vida das pessoas e que contribuem para melhora da qualidade de vida; Campanhas de conscientização ambiental.	Medida de Gestão Interna Medida de Gestão Externa
20	INOVAÇÃO DE PROCESSO: UMA ANÁLISE EM EMPRESAS COM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	Foco em processos sustentáveis e mais "verdes"; avaliação do impacto ambiental dos produtos e de toda a cadeia produtiva; tecnologias e processos para diminuir a emissão de gases de efeito estufa ao longo da cadeia produtiva; uso eficiente da água em processos produtivos; utilização de matérias-primas vegetais provenientes de sistemas sustentáveis de produção.	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental com parcerias com organizações e institutos; treinamentos específicos e capacitações constantes. Parcerias com prefeituras, estados e governo federal para promover inovações tecnológicas e sociais; relação ética e transparente com clientes e fornecedores; projetos comunitários em comunidades locais.	Medida de Gestão Interna Medida de Gestão Externa
21	EVIDENCIAÇÃO DOS ITENS AMBIENTAIS NAS EMPRESAS DO SETOR DE MINERAÇÃO DE METÁLICOS CADASTRADAS NA BM&FBOVESPA	Uso de tecnologias limpas; eficiência energética, fontes renováveis, gestão da água e redução de materiais; conformidade com normas como ISO 14001; reciclagem, reutilização, tratamento e destinação correta de resíduos; sistema de controle de poluição; medidas controle, medição e monitoramento de emissões; Tratamento de efluentes; reflorestamento, remediação de solos contaminados e restauração de ecossistemas.	Medida de Gestão Preventiva Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Programas de capacitação, planos de carreira, benefícios como assistência médica, odontológica e incentivos financeiros; treinamentos abordando segurança, diversidade e desenvolvimento profissional. Parcerias com ONGs, doações, projetos sociais e eventos comunitários; investimentos em educação, saúde, cultura e sustentabilidade. campanhas de conscientização, voluntariado, eventos e diálogo com stakeholders.	Medida de Gestão Interna Medida de Gestão Externa
22	PROCESSO DE MUDANÇA PARA UMA ORIENTAÇÃO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DAS CAPACIDADES ADAPTATIVAS DE TRÊS EMPRESAS CONSTRUTORAS DE SANTA MARIA-RS	Substituição de materiais de construção e o aproveitamento de água durante as fases de projeto e construção.	Medida de Gestão Preventiva	Buscam envolver os funcionários em decisões e atividades relacionadas à sustentabilidade, buscando suas opiniões e envolvimento.	Medida de Gestão Interna
23	ANÁLISE DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO RAMO VAREJISTA: UMA PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Correta armazenagem, manipulação, redução da geração de resíduos e reaproveitamento para diversos fins.	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental e treinamentos frequentes, incentivando a participação de todos no processo de sustentabilidade.	Medida de Gestão Interna
24	AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS	Tratamento adequado dos resíduos gerados pela produção; reciclagem de	Medida de Gestão Preventiva	Cursos de capacitação ou formação;	Medida de Gestão Interna

	EMPRESAS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO SOB A ÓTICA DAS PRÁTICAS DE MERCADO	resíduos aproveitáveis; utilização de matéria-prima reciclada na produção.		Relacionamento honesto ou fraterno com os clientes; políticas de responsabilidade social, que incluem ações voltadas para a comunidade; doação dos resíduos não aproveitáveis a outros atores que possam utilizá-los.	Medida de Gestão Externa
25	ECOEFIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA MICROEMPRESA DO SETOR DE REFRIGERAÇÃO	Implementação de tecnologias mais limpas e eficientes; investimentos em programas de gestão de resíduos e reciclagem;	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental; treinamento e campanhas sobre questões ambientais e de segurança no trabalho;	Medida de Gestão Interna
		Remediação de áreas contaminadas, restauração de ecossistemas degradados e a compensação ambiental.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Doações para instituições de caridade, projetos de educação ambiental em escolas e programas de voluntariado.	Medida de Gestão Externa
26	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: TRÊS ESTUDOS DE CASO	Não identificada	Não identificada	Cursos de profissionalização;	Medida de Gestão Interna
				Cursos e oficinas para deficientes físicos, atividades complementares às escolares, cursos de profissionalização, aulas de música e esportes.	Medida de Gestão Externa
27	A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CORPORATIVA EM EMPRESA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO	Promoção de ecoeficiência voltadas para a redução de consumo de água e energia, tanto na parte interna da organização quanto externa; controle do desmatamento e do monitoramento	Medida de Gestão Preventiva	Marketing interno;	Medida de Gestão Interna
		Resgate da fauna.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Programas desenvolvidos junto à comunidade ou a clientes específicos sobre sustentabilidade.	Medida de Gestão Externa
28	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA COMO ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL	Controle de consumo de recursos naturais, da geração de resíduos; uso racional de energia elétrica e água; coleta e avaliação do cumprimento da legislação ambiental; reciclagem de lixo; controle da geração de efluentes; mapeamento de processos visando prevenir e corrigir impactos ambientais.	Medida de Gestão Preventiva	Treinamentos e conscientização para redução de desperdício e resíduos; incentivos a prática de esportes, alimentação saudável, campanhas internas contra drogas e álcool e campanhas de vacinação contra gripe;	Medida de Gestão Interna
		Mapeamento de processos visando corrigir impactos ambientais.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Participação em eventos com escolas primárias da periferia, distribuindo livros sobre preservação ambiental e palestras ministradas pelos funcionários.	Medida de Gestão Externa
29	As práticas sustentáveis nas organizações e a geração de valor para o investidor institucional	Redução do consumo de recursos naturais; otimização de processos para minimizar resíduos; tecnologias limpas; monitoramento da qualidade do ar e da água; sistemas de gestão ambiental certificados para garantir a conformidade com as normas ambientais vigentes;	Medida de Gestão Preventiva	Treinamentos presenciais e online, feedbacks regulares e programas de incentivo à saúde e bem-estar;	Medida de Gestão Interna
		Recuperação de áreas degradadas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Doações para instituições locais, participação em eventos comunitários e programas de voluntariado; conscientização ambiental e educação ambiental em escolas e comunidades próximas.	Medida de Gestão Externa
30	A SUSTENTABILIDADE APLICADA NA ELABORAÇÃO DE CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL	Reutilização de madeira em toda a obra; gestão eficiente de resíduos durante a construção; uso de revestimentos laváveis; tubulações aparentes para facilitar manutenção; aplicação de pintura ecológica; pavimentação permeável para infiltração de águas; captação de água da chuva para gestão hídrica sustentável; utilização de iluminação natural; uso de energia solar para aquecimento e geração de energia elétrica; ventilação natural para melhorar o desempenho térmico dos edifícios; uniformes feitos com material reciclável; caixas produzidas a partir de madeira de reflorestamento.	Medida de Gestão Preventiva	Treinamentos e educação ambiental; acessibilidade para pessoas com deficiência física; áreas de lazer;	Medida de Gestão Interna
				Promoção de empregos para mulheres, portadores de deficiência e a comunidade local.	Medida de Gestão Externa

31	A SUSTENTABILIDADE E GESTÃO DA IMAGEM: UM ESTUDO DE CASO EM COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO OESTE DO PARANÁ	Programa de Utilização Racional da Água; recolhimento de embalagens de agrotóxicos em parceria com associações regionais e a reciclagem de lixo reciclável em colaboração com a Associação de Agentes Ambientais (APAVA), que é uma associação de catadores parceira da cooperativa;	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental; qualificação por meio de eventos e participantes, visando o desenvolvimento profissional e pessoal;	Medida de Gestão Interna
		Tratamento de efluentes; recuperação de nascentes; ações de recomposição de matas ciliares.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Distribuição de riquezas aos cooperados, gerando empregos e contribuindo com tributos para a comunidade.	Medida de Gestão Externa
32	ANÁLISE DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE TI VERDE COM O USO DE TECNOLOGIAS EMERGENTES: ESTUDO MULTICASO	Reciclagem de peças, cartuchos, equipamentos e doação/entrega de equipamentos antigos para instituições de inclusão digital; virtualização de servidores/desktops para reduzir o consumo de energia e aumentar a eficiência operacional; sistemas de gerenciamento de energia em datacenters - utilizando ar condicionado para refrigerar apenas dois terços do ano.	Medida de Gestão Preventiva	Campanhas para conscientizar sobre o uso racional de equipamentos e a adoção de novas tecnologias;	Medida de Gestão Interna
				Políticas para assegurar que os fornecedores adotem práticas sustentáveis, incluindo questionários ambientais para fornecedores e exigência de certificações como Selo Verde e ISO 14001.	Medida de Gestão Externa
33	MODELO PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL EM SISTEMAS PRODUTIVOS INDUSTRIAIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICO	Própria empresa fabrica sua matéria-prima, o polietileno reciclado, através da reciclagem mecânica do polietileno pós-consumo; reuso da água; reprocessamento dos produtos; se utiliza de telhas translúcidas para iluminação do local em apenas alguns setores do ambiente produtivo.	Medida de Gestão Preventiva	Não identificada	Não identificada
34	AÇÕES SUSTENTÁVEIS PRATICADAS POR EMPREENDEDORES DO SETOR DE VASSOURAS: O CASO DA PRODUÇÃO DE VASSOURAS PETS NO MUNICÍPIO DE OROBÓ (PE)	Mobilização da comunidade local para a coleta de garrafas PET; as partes das garrafas que não são usadas na produção das vassouras são vendidas ou doadas para outras instituições que possam reutilizá-la; após a coleta, as garrafas são lavadas, desinfetadas, cortadas e transformadas em vassouras.	Medida de Gestão Preventiva	Cursos de capacitação ministrados pelo SEBRAE sobre procedimentos administrativos e organizacionais;	Medida de Gestão Interna
				Inclusão de pessoas com deficiência e idosos no mercado de trabalho; mobilização da comunidade local para a coleta de garrafas PET.	Medida de Gestão Externa
35	GESTÃO DO USO DE ENERGIA E DO DESEMPENHO INOVADOR SUSTENTÁVEL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DA INDÚSTRIA MINERAL: ANÁLISE DE TRÊS EMPRESAS	Gestão de energia como um fator estratégico; tecnologias para melhorar seus processos; Monitoramentos constantes de efluentes, ruídos e emissões atmosféricas.	Medida de Gestão Preventiva Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Programas de financiamento de estudos, incluindo MBA, pós-graduação, cursos técnicos e de idiomas; treinamento anual focados no aprimoramento técnico, prevenção e controle de risco para os funcionários;	Medida de Gestão Interna
				Atividades educativas; programas de saúde e segurança para a comunidade.	Medida de Gestão Externa
36	EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL DIVULGADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS	Melhoria nos processos de gerenciamento dos impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos, incluindo a redução de resíduos e materiais;	Medida de Gestão Preventiva	Inclusão e igualdade entre os funcionários; relações com os sindicatos foram fortalecidas; programas educacionais;	Medida de Gestão Interna
		Recuperação de áreas degradadas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Projetos comunitários.	Medida de Gestão Externa
37	FATORES PROMOTORES DE SUSTENTABILIDADE NO SERVIÇO: estudo de caso em um empreendimento alimentício em Belém-PA	Implementação de coleta seletiva e parceria com ONGs para reciclagem dos resíduos; uso de águas pluviais armazenadas em tanques próprios para limpeza e irrigação; cultivo de produtos orgânicos em horta própria; compra de peixes capturados de forma sustentável e respeito às sazonalidades e períodos de defeso; segue padrões rigorosos de higiene sanitária.	Medida de Gestão Preventiva	Participação nos lucros do negócio; treinamentos frequentes para desenvolver a equipe e melhorar o atendimento ao cliente; os funcionários participam ativamente no negócio, incluindo a diversificação do cardápio e sugestões sobre o atendimento ao cliente.	Medida de Gestão Interna
				Degustações com clientes; oferece alimentos regionais; engajamento com escolas e instituições de caridade locais; Marketing responsável.	Medida de Gestão Externa

38	PERCEPÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PROPOSTAS POR CARROLL: ANÁLISE DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA	Pesquisa e desenvolvimento para tecnologias limpas; conservação de espécies nativas;	Medida de Gestão Preventiva	Segurança, saúde, desenvolvimento profissional, programas de capacitação e bem-estar no trabalho; educação ambiental;	Medida de Gestão Interna
		Recuperação de áreas degradadas e reflorestamento.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Eletrificação rural, iluminação pública e apoio a instituições sociais, campanhas de conscientização sobre eficiência energética.	Medida de Gestão Externa
39	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LOGÍSTICA REVERSA APLICADAS AOS VASILHAMES DE VIDRO EM UMA ENGARRAFADORA DE BEBIDAS	Logística reversa para os vasilhames de vidro - todos os materiais atrelados, como gargalos e rótulos, são reciclados;	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental; treinamentos;	Medida de Gestão Interna
		Processo de tratamento de água, retirando-a de um rio poluído e, após o tratamento, devolvendo-a ao rio em uma condição melhor do que a encontrada inicialmente; compostagem do lodo acumulado no tratamento da água e dos rótulos retirados dos vasilhames.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Doação do adubo gerado pelo processo de compostagem para hortas comunitárias em comunidades vizinhas.	Medida de Gestão Externa
40	MENSURANDO A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL ATRAVÉS DO GRID DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (GSE): UM ESTUDO EM EMPRESAS DO SETOR GRÁFICO	Sistema de Gestão Ambiental (SGA), investem em tecnologias modernas que dispensam produtos químicos no processamento; reciclagem e reutilização de água; controle e monitoramento de resíduos tóxicos;	Medida de Gestão Preventiva	Programas de empregabilidade e gerenciamento de fim de carreira, políticas de distribuição de lucros e resultados entre funcionários (PLR); capacitação e desenvolvimento; auxílio financeiro para cursos de graduação e pós-graduação; áreas de descanso com biblioteca, computadores e jogos para reduzir o stress no trabalho; treinamentos, semanas educativas e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);	Medida de Gestão Interna
		Implementam Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) para tratar resíduos líquidos.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Apoiam projetos especiais, culturais, feiras, eventos, música, teatro, circo, ONG's e instituições sociais.	Medida de Gestão Externa
41	ACÇÕES DE GESTÃO EMPRESARIAL: A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA EM UMA GRANJA SUÍNA - UM ESTUDO DE CASO	Sistemas de captação de água da chuva para lavar as baias dos suínos; os dejetos dos suínos passam por um tratamento onde a parte líquida é utilizada para irrigar as lavouras; plano de contingência para gestão de riscos operacionais;	Medida de Gestão Preventiva	Segurança do trabalho e na saúde ocupacional dos funcionários, exigindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como luvas, botas e máscaras;	Medida de Gestão Interna
		O gás metano produzido pelos dejetos é capturado e utilizado para gerar energia elétrica.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Geração de empregos na comunidade local; apoio a iniciativas locais e participação em eventos comunitários.	Medida de Gestão Externa
42	PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE UMA MICROEMPRESA FAMILIAR DO SETOR DE FOODSERVICE: UM ESTUDO DE CASO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	Utilização de lâmpadas de LED e ar condicionado ligado apenas em dias mais quentes para economizar energia; conscientização sobre o aproveitamento integral dos alimentos, como o uso das cascas internas do repolho e partes do tomate para fazer molhos e farofas; coleta seletiva de lixo, logística reversa - armazenando óleo utilizado e trocando-o por produtos de limpeza; organização das entregas de marmitas por localidade para minimizar o consumo de combustível e a emissão de gases.	Medida de Gestão Preventiva	Geração de empregos na comunidade local, foco nas minorias e mão-de-obra pouco qualificada.	Medida de Gestão Externa
43	INSERÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NOS RELATÓRIOS DE DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÕES	Reciclagem de resíduos; avaliação e monitoramento contínuo de indicadores ambientais; políticas incluem diretrizes para a gestão de resíduos, uso sustentável de recursos naturais e redução de emissões de carbono;	Medida de Gestão Preventiva	Capacitação e desenvolvimento;	Medida de Gestão Interna
		Reabilitação de áreas degradadas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Investimentos comunitários significativos em infraestrutura, como a construção e manutenção de rodovias; projetos de transporte coletivo; apoia atividades culturais e sociais.	Medida de Gestão Externa

44	SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO DE SUA INTEGRAÇÃO EM ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS	Redução do consumo de recursos e gestão de resíduos; tecnologias verdes, como energia solar e reciclagem de resíduos; sistemas de gestão ambiental certificados;	Medida de Gestão Preventiva	Criação de comitês de diversidade e inclusão, programas de saúde mental e bem-estar, além de incentivos à educação continuada e planos de carreira personalizados;	Medida de Gestão Interna
		Programas de reflorestamento e conservação da biodiversidade.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Construção de escolas e centros comunitários, campanhas de conscientização e doações para instituições de caridade locais.	Medida de Gestão Externa
45	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL: AÇÕES E PRÁTICAS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS	Tecnologias para reduzir o impacto ambiental, investimento em pesquisa e desenvolvimento para criar produtos mais sustentáveis, e medidas preventivas para evitar contaminação ambiental.	Medida de Gestão Preventiva	Eventos de conscientização; cursos de capacitação; valorização da segurança e saúde; retenção e compensação de talentos; campanhas sobre segurança no trabalho; programas para aprimorar a saúde e bem-estar.	Medida de Gestão Interna
		Técnicas para recuperar áreas degradadas pela produção; sistemas de controle de emissões; ações para corrigir e mitigar impactos ambientais causados pela geração de energia.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Apoio a instituições de assistência social, parcerias com ONGs; contribuição para projetos educacionais e ambientais; incentivos a inclusão digital e educação tecnológica em comunidades carentes, parceria com prefeituras para a revitalização de áreas urbanas, e campanhas de conscientização sobre sustentabilidade para a comunidade.	Medida de Gestão Externa
46	REDES PARA A SUSTENTABILIDADE: ESTUDOS DE CASO SOBRE O MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL	Otimização de processos de produção e a utilização de materiais recicláveis e biodegradáveis; redução do consumo de energia e água; sistemas integrados de gestão de resíduos que envolvem a segregação, coleta, transporte, tratamento para que sejam devidamente neutralizados antes da disposição final;	Medida de Gestão Preventiva	Treinamento ambiental contínuo, garantindo que todos compreendam e apliquem as práticas sustentáveis no ambiente de trabalho; políticas rigorosas de saúde e segurança, proporcionando equipamentos de proteção individual (EPIs) e condições de trabalho seguras; incentivos e benefícios adicionais, como bônus por participação em programas de reciclagem e redução de resíduos;	Medida de Gestão Interna
		Replanteio de vegetação nativa e a restauração de ecossistemas afetados; tecnologias avançadas para o tratamento de resíduos perigosos; remediação para a descontaminação de solos e águas subterrâneas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Campanhas de educação ambiental em escolas e comunidades locais para sensibilizar sobre a importância da reciclagem e a gestão de resíduos sólidos; projetos comunitários para a coleta e reciclagem de resíduos, incluindo parcerias com cooperativas de catadores e organizações não-governamentais; criação de centros de reciclagem comunitários.	Medida de Gestão Externa
47	SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL NA ITAIPU BINACIONAL: UMA ANÁLISE DE SEUS NÍVEIS	Implementação de tecnologias de redução de emissões e monitoramento contínuo da qualidade do ar; sistema avançado de tratamento de efluentes para garantir que os resíduos líquidos sejam tratados adequadamente antes de serem descartados no meio ambiente.	Medida de Gestão Preventiva	Programas de treinamento, capacitação, prevenção de acidentes, promoção da saúde, planos de saúde, programas de bem-estar e bônus por desempenho.	Medida de Gestão Interna
		Reflorestamento e restauração de ecossistemas locais.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Parcerias com escolas/universidades para promover a educação e o desenvolvimento de habilidades; inclusão social de comunidades vulneráveis, oferecendo oportunidades de emprego e capacitação para pessoas em situação de risco.	Medida de Gestão Externa
48	Divulgação de Informações Voluntárias sobre Meio Ambiente: Uma Análise das Categorias e Subcategorias das Informações Divulgadas	Implementação de tecnologias limpas e processos eficientes para reduzir as emissões de poluentes; programas de reciclagem e manejo adequado de resíduos sólidos e líquidos;	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental;	Medida de Gestão Interna

	por Companhias Abertas Listadas na B3 Pertencentes aos Setores de alto Impacto Ambiental	Plantio de árvores e recuperação de áreas degradadas, limpeza de rios.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Campanhas de reciclagem; construção de infraestruturas básicas; apoio a escolas e hospitais locais; parcerias com ONGs.	Medida de Gestão Externa
49	Responsabilidade Social Corporativa: análise de ações desenvolvidas em uma indústria alimentícia	Projeto Reciclar, promove o descarte correto de resíduos e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis; automação dos processos para aumentar a produtividade e eficiência de suas unidades industriais; infraestrutura de armazéns com capacidade significativa para receber grãos, mostrando um cuidado na gestão eficiente dos recursos naturais; inaugurou a planta de Biodiesel de Sorriso, com capacidade de produção de 95,7 mil metros cúbicos de biodiesel por ano;	Medida de Gestão Preventiva	Planos de saúde, odontológico e seguros; educação através de cursos de graduação e pós-graduação; campanhas de vacinação e sessões de ginástica laboral; participação de campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul de prevenção ao câncer de mama e de próstata.	Medida de Gestão Interna
		Instalação de estações de tratamento de efluentes, possibilitando o reaproveitamento da água industrial.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Projetos educativos, como o Junior Achievement, e esportivos, como o Atletas do Futuro, além de eventos culturais e programas de combate à fome.	Medida de Gestão Externa
50	PRÁTICAS DE GESTÃO EM RESTAURANTES PARANENSES	Prevenção de desperdícios; gestão adequada de resíduos; uso eficiente de recursos naturais e materiais.	Medida de Gestão Preventiva	Promoção de um relacionamento justo com fornecedores, priorizando insumos orgânicos e locais; adaptação dos cardápios para atender clientes com restrições alimentares ou que buscam uma alimentação mais saudável; tecnologias de gestão para monitorar a satisfação dos clientes e melhorar a experiência do consumidor.	Medida de Gestão Externa
51	ESTÁGIOS PARA A INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL EM EMPRESAS DE DIFERENTES PORTES DO SETOR QUIMICO	Processos eficientes, como o uso de enzimas modernas para economizar energia e reduzir desperdícios; logística reversa e destinação correta de resíduos; investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) criam produtos sustentáveis, e parcerias promovem a conservação ambiental e a gestão eficiente de recursos.	Medida de Gestão Preventiva	Diálogo inclusivo e treinamentos frequentes; boas condições de trabalho.	Medida de Gestão Interna
				Parcerias com clientes, institutos de pesquisa, universidades e associações promovem iniciativas públicas e discutem sustentabilidade.	Medida de Gestão Externa
52	GESTÃO DE PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO NA EMPRESA BONETTI AGRONUTRI	Programa LixoBom - correta separação e destinação dos resíduos na organização, com alto grau de participação dos colaboradores; Programa D'olho na qualidade - 5's - organização do ambiente de trabalho e na padronização dos processos para melhorar a eficiência e a qualidade dos produtos e serviços; fontes renováveis incentiva a coleta de água da chuva em cisternas para tratamento e reutilização nas instalações da empresa.	Medida de Gestão Preventiva	Programa Segurança em Primeiro Lugar - Foco na prevenção de acidentes de trânsito, conscientização e capacitação dos colaboradores sobre cuidados na direção de veículos.	Medida de Gestão Interna
		Programa Plantando Árvores - Compensando CO2 - compensar a emissão de CO2 pelos veículos da empresa através do plantio de árvores nativas e frutíferas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Parceria com o Departamento Penitenciário de Francisco Beltrão-PR para reintegrar detentos do regime semiaberto ao mercado de trabalho.	Medida de Gestão Externa
53	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS REALIZADAS POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	Coleta seletiva do lixo; economia no consumo de papel; redução no consumo de energia e água.	Medida de Gestão Preventiva	Criação de ambientes físicos seguros; priorização de funcionários internos ao preencher vagas; orientação e incentivo ao uso de EPIs; permissão de comparecimento de representantes sindicais nas dependências da empresa.	Medida de Gestão Interna
54	SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL EM AGROINDÚSTRIAS PERNAMBUCANAS	Certificação ISO 14001; gestão do ciclo de vida de produtos; redução de impactos ambientais, prevenção de acidentes ambientais, gestão de resíduos tóxicos, preservação da qualidade do solo e águas de superfície.	Medida de Gestão Preventiva	Apoio à educação e treinamento, conduta alinhada a padrões internacionais, prevenção de acidentes fatais e garantia de contratos legais.	Medida de Gestão Interna
55	ANÁLISE DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA ATIVIDADE DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	Gestão de resíduos sólidos, promovendo a separação e reciclagem de materiais; investimento em fontes de energia renovável, como painéis solares.	Medida de Gestão Preventiva	Treinamento contínuo para a qualificação; iniciativas de bem-estar e saúde, como palestras e campanhas de vacinação.	Medida de Gestão Interna

		Projetos de reflorestamento em áreas degradadas; sistemas de tratamento de efluentes.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Doações de alimentos e roupas; parcerias com ONGs para apoiar escolas e instituições de caridade.	Medida de Gestão Externa
56	VANTAGENS COMPETITIVAS ASSOCIADAS À ADOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E À PARTICIPAÇÃO NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	Redução de resíduos através da otimização dos processos de produção; uso eficiente de recursos naturais para minimizar o consumo de água e energia; programas de reciclagem.	Medida de Gestão Preventiva	Treinamento e capacitação para aprimorar habilidades; benefícios voltados ao bem-estar, como planos de saúde e atividades recreativas; medidas rigorosas de segurança no trabalho, fornecendo equipamentos de proteção.	Medida de Gestão Interna e Externa
		Tratamento avançado de efluentes industriais; reflorestamento e descontaminação; gestão rigorosa de emissões de poluentes.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Projetos comunitários que melhoram a educação e saúde locais; apoio a eventos culturais e esportivos; parcerias com ONGs para iniciativas sociais.	Medida de Gestão Externa
57	Análise de práticas sustentáveis em empresas que utilizam relatório Global Reporting Initiative (GRI)	Monitoramento contínuo do uso de energia e água para reduzir desperdícios e melhorar a eficiência; rigorosas práticas de gestão de resíduos, emissões e efluentes.	Medida de Gestão Preventiva	Treinamento e a educação; baixa rotatividade de colaboradores;	Medida de Gestão Interna
				Programas de educação e cultura.	Medida de Gestão Externa
58	Análise da Percepção dos Colaboradores Quanto às Práticas Socioambientais em uma Indústria Pet Food.	Separação de resíduos; controle de consumo de água e energia; educação ambiental; controle de odores e minimização de ruídos; programas de recuperação de produtos e embalagens para reuso e reciclagem; Tratamento de efluentes e controle de emissões atmosféricas.	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental; programas como a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho); fornecimento de EPIs; treinamentos; palestras; seguro de vida; assistência médica; odontológica; auxílio educacional, pesquisa de clima organizacional; campanhas de saúde e segurança;	Medida de Gestão Interna
				Mantém um canal de diálogo com a comunidade, facilitando a comunicação e o engajamento com as partes interessadas.	Medida de Gestão Externa
59	SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: O CASO DA EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS	Uso racional dos recursos naturais; gestão de riscos; melhoria contínua e a atenção às mudanças climáticas.	Medida de Gestão Preventiva	Aumentou a proporção de mulheres em seu quadro funcional para 35% em 2017, reduziu o índice de acidentes de trabalho de 4,5% em 2013 para 2,8% em 2017 e implementou treinamentos;	Medida de Gestão Interna
				Programas comunitários como educação para o trânsito, operação inverno; um freio à fome; guarda parque mirim; futebol de rua; programa na mão certa e museu rodoviário.	Medida de Gestão Externa
60	SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL COM FOCO SOCIAL EM UMA INDÚSTRIA DO SEGMENTO QUÍMICO	Desenvolvimento de produtos ecossociais, como a linha ecofibra, que utiliza fibras vegetais recicladas, e pela eliminação da toxicidade dos adesivos com o uso controlado de solventes orgânicos.	Medida de Gestão Preventiva	Programas de integração para novos funcionários, gestão de performance, desenvolvimento de competências, educação a distância, pesquisa de clima organizacional, benefícios adicionais, plano de cargos e salários, participação nos resultados, promoções internas, reconhecimento.	Medida de Gestão Interna
				A Fundação da empresa promove educação e inclusão digital, realiza projetos como Novos Horizontes e Em Férias, incentiva o voluntariado e apoia manifestações culturais à comunidade.	Medida de Gestão Externa
61	Relacionamento com a comunidade: a responsabilidade social das empresas na perspectiva das comunidades vizinhas ao polo industrial de Barcarena-PA.	Tratamento adequado de resíduos industriais;	Medida de Gestão Preventiva	Capacitação profissional de jovens locais, oferecendo cursos técnicos, como mecânico montador, operador de máquinas e inglês; treinamentos e oficinas em habilidades práticas como manicure, corte e costura, e artesanato, melhorando as oportunidades de geração de renda para os moradores; Projeto Lixo Chic (reutiliza	Medida de Gestão Externa

	Ações de recuperação ambiental para restaurar áreas degradadas, como replantação de vegetação nativa e limpeza de áreas contaminadas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	materiais industriais para criar produtos vendidos pela comunidade); mantém infraestruturas como praças equipadas com brinquedos recicláveis e escolas que oferecem ensino regular e oficinas.	
62	AÇÕES ECOEFICIENTES DE EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO EVIDENCIADAS EM RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS	Gestão eficiente de resíduos sólidos através de programas de reciclagem e redução de resíduos; investimentos em tecnologias para melhorar a eficiência energética, utilizando fontes de energia renováveis; medidas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, como o uso de filtros e outras tecnologias de controle de poluição.	Programas de treinamento e desenvolvimento contínuo para aprimorar as habilidades e a produtividade; políticas rigorosas de saúde e segurança no trabalho;	Medida de Gestão Interna
		Implementação de estações de tratamento de efluentes para minimizar a poluição hídrica;	Programas educacionais e de saúde; parcerias com ONGs promovendo a inclusão social nas regiões vizinhas.	Medida de Gestão Externa
63	PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO EM EMPRESAS CONSTRUTORAS DE EDIFICAÇÕES	Tratamento de resíduos sólidos, uso de tecnologias inovadoras para aumentar a eficiência energética e a preferência por materiais sustentáveis;	Treinamento e capacitação contínua em práticas sustentáveis e segurança no trabalho; oferecimento de benefícios adicionais, como planos de saúde e programas de bem-estar;	Medida de Gestão Interna
		Projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas; sistemas de tratamento de efluentes; medidas para mitigar impactos ambientais, como a remediação de solos contaminados e a redução de emissões atmosféricas.	projetos sociais e educativos, colaborando com ONGs e investindo em infraestruturas comunitárias para melhorar a qualidade de vida.	Medida de Gestão Externa
64	PRÁTICA SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO MAIS LIMPA EM CERVEJARIAS ARTESANAIS DE PORTO VELHO: INTERAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	Destinam resíduos orgânicos para a produção de ração animal, compostagem e alimentos nutritivos, gerando economia e receita adicional, além de suporte nutricional para a comunidade; redução do consumo de água com recirculação no processo de malteação e a produção simultânea de energia elétrica e vapor a partir do gás natural; uso de tecnologias ecológicas para substituir equipamentos poluidores; reaproveitamento o bagaço de malte para a produção de pão e pizza, reciclam resíduos na fase de malteação em adubo; reuso da água.	Investem em treinamentos ambientais e cursos com mestres cervejeiros para conscientizar e mudar as atitudes dos colaboradores.	Medida de Gestão Interna
		Investem no tratamento de efluentes.		Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa
65	GERENCIAMENTO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS (GAIA) APLICADO À VOLKSWAGEN DO BRASIL – UNIDADE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR	Substituiu o fluído de fosfatização por um produto sustentável em pó, o que resulta em economia de água e energia e permite 100% de aproveitamento do produto; substituiu a espuma derivada de petróleo nos bancos e encostos dos veículos por fibras naturais, contribuindo para a redução de resíduos plásticos, como as de bananeira, que são mais sustentáveis, decompõem-se mais rapidamente e são provenientes de bases mais próximas à planta de São José dos Pinhais, reduzindo custos logísticos. tecnologias e soluções inovadoras como a utilização de placas solares e mini geradores eólicos para geração de energia limpa.	Conscientização dos funcionários sobre sustentabilidade;	Medida de Gestão Interna
			Estabelece parcerias com organizações da sociedade civil que produzem as fibras naturais.	Medida de Gestão Externa

66	ECONOMIA CIRCULAR e PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: um estudo de caso em uma empresa da movelaria paraense	Logística reversa interna, retornando os resíduos gerados durante a produção ao sistema produtivo para a fabricação de novos produtos, como portas de MDF e forração para granjas e agricultura, ajudando na retenção de umidade no solo. A empresa segue rigorosamente as normativas do CONAMA para o manejo de resíduos florestais, garantindo que 50% dos resíduos, como galhos, copas, cascas e folhagens, fiquem na floresta, minimizando o impacto ambiental. Os resíduos, como serragem e aparas, são utilizados para fabricar novos produtos de alto padrão conforme a demanda e exigência dos clientes, contribuindo para a economia circular e a sustentabilidade do negócio.	Medida de Gestão Preventiva	Boa parte dos resíduos gerados durante o processo de fabricação para a comunidade local, contribuindo para diversos projetos e iniciativas que podem reutilizar esses materiais; gerou aproximadamente 13 mil empregos diretos e indiretos na Região Metropolitana de Belém, tornando-se uma importante fonte de trabalho para a comunidade local;	Medida de Gestão Externa
67	Práticas e indicadores de sustentabilidade em incubadoras tecnológicas do Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense	Implementação de medidas como o uso consciente de papel, cuidados com a energia e separação de lixos; uso de energias limpas e renováveis; mensuração e monitoramento do uso de água e energia.	Medida de Gestão Preventiva	Avaliação da satisfação dos funcionários; auxílios como alimentação, transporte, saúde, treinamentos e capacitação;	Medida de Gestão Interna
				Participam de projetos de incentivo à preservação ambiental.	Medida de Gestão Externa
68	Propostas de Melhorias na Gestão de Resíduos no Setor Calçadista	Logística reversa são utilizadas para comercializar materiais como couro limpo, que é transformado em adubo e espuma, que posteriormente é reutilizada por fabricantes de estofados; controlam e identificam detalhadamente os resíduos gerados, implementando práticas de ecodesign para reduzir a geração e aumentar o reaproveitamento ou reciclagem dos materiais; utilizam os processamentos ao invés da destinação em aterros; venda de resíduos recicláveis como fonte adicional de receita.	Medida de Gestão Preventiva	Educação ambiental e qualificação dos funcionários;	Medida de Gestão Interna
				Formam parcerias com outras empresas para reciclar resíduos e diminuir os volumes enviados ao coprocessamento.	Medida de Gestão Externa
69	Sustentabilidade em cervejarias artesanais no Rio Grande do Sul	Controle de consumo de energia através de planilhas de monitoramento; algumas utilizam iluminação de LED, reaproveitamento de água aquecida para pasteurização de garrafas ou limpeza de equipamentos, e placas de retenção de luz solar; separação e descarte correto de resíduos sólidos em locais apropriados e doação de resíduos como malte para alimentação animal; reutilização de levedura e tratamento de resíduos líquidos.	Medida de Gestão Preventiva	Realizam exames médicos periódicos; disponibilizam equipamentos de proteção individual (EPI) obrigatórios e uniformes, incentivam a realização de cursos externos e treinamentos periódicos para operação de maquinário e fabricação de chopp, além de promoverem visitas técnicas e estágios em parceria com universidades.	Medida de Gestão Interna
				Participam de associações locais, organizam eventos com renda revertida para instituições de caridade, doam resíduos de malte e leveduras a pequenos produtores e realizam campanhas de doação de alimentos e materiais em datas comemorativas.	Medida de Gestão Externa
70	Práticas de Sustentabilidade Adotadas pelas Vitivinícolas dos Vales da Uva Goetheem Santa Catarina	Tecnologias inovadoras, como sistemas para captação de água da chuva e iluminação solar; reutilização de água no processo produtivo, como na higienização das garrafas; coleta seletiva; adaptação às exigências legais e normativas relacionadas ao uso de agrotóxicos e higiene dos vasilhames;	Medida de Gestão Preventiva	Treinamentos voltados principalmente para capacitação na produção do vinho; possui padrões de segurança no trabalho, com uso de materiais de proteção como luvas e óculos;	Medida de Gestão Interna
				Participação em eventos locais e regionais como Vindima, Festa do Vinho, Feira AgroPonte, entre outros; promoção de cursos de mosaico, exposição de artistas locais, e venda de produtos regionais; empregam trabalhadores da região da empresa.	Medida de Gestão Externa
71	O NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE CASCAVEL-PR SOB A	Possui licenciamento ambiental e nunca foi multada; adota medidas para que os dejetos gerados não contenham poluentes; equipamentos que economizam energia; todos os materiais recicláveis são separados e recolhidos	Medida de Gestão Preventiva	Treinamentos sobre conhecimento específico e conformidade com as leis trabalhistas; reclamações e sugestões dos colaboradores são atendidas;	Medida de Gestão Interna

	PERSPECTIVA DE SEUS GESTORES	por um catador de recicláveis uma vez por semana, utilizando caminhão próprio; água é tratada e descartada sem poluentes no ambiente.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Produtos e serviços planejados para não oferecer perigo aos clientes e funcionários, com informações adequadas em embalagens/rótulos; faz doações de frutas para instituições públicas, instituições sem fins lucrativos e igrejas.	Medida de Gestão Externa
72	SUSTENTABILIDADE E O EMPREENDEDORISMO NO SEGMENTO DE ALIMENTAÇÃO VEGETARIANA E VEGANA NA CIDADE DE MARINGÁ-PR1	Incentivo ao uso de embalagens sustentáveis - os clientes possam trazer seus próprios recipientes para comprar produtos a granel.	Medida de Gestão Preventiva	Valorização e reconhecimento do trabalho dos funcionários; conscientização sobre práticas sustentáveis; oferta de alimentos nutritivos com descontos;	Medida de Gestão Interna
				Doações de alimentos e marmitas para eventos sociais e projetos; atendimento acolhedor aos clientes.	Medida de Gestão Externa
73	RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UM VALOR A SER CUMPRIDO NA UNIMED – FORTALEZA	Coleta seletiva de lixo, com descarte de lixo segregado, onde resíduos sólidos são enviados ao aterro sanitário, resíduos infectantes são incinerados, recicláveis são destinados à Organização Gonçalves e efluentes são coletados e enviados para São Paulo; treinamentos e sistematização dos processos para o gerenciamento de resíduos; o gerenciamento de resíduos inclui treinamentos e sistematização dos processos para diminuir os impactos ambientais, através da redução do consumo, descarte adequado e cumprimento das legislações vigentes.	Medida de Gestão Preventiva	Programa Unimed Ativa, corridas e caminhadas ao ar livre, entre clientes e colaboradores; Programa de Consumo Consciente, que sensibiliza e conscientiza os colaboradores e gestores sobre os impactos do consumo no meio ambiente.	Medida de Gestão Interna
		Programa Carbono Neutro visa reduzir e compensar as emissões de gases de efeito estufa (CO2) liberados pela cooperativa por meio de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Programa Memória Viva, métodos de terapia ocupacional para idosos de comunidades carentes; Programa Saúde Ambiental, foca em comunidades vulneráveis, abordando temas como consumo consciente, empreendedorismo social e economia solidária, destacando a Coleção Ecos do Mangue, relevante para exposições e vendas; Projeto Cidadão: Educação para a Vida beneficia adolescentes de 14 a 16 anos; Campanha Eu Ajudo na Lata, Campanha Solidariedade Um Santo Remédio e Liga Solidária. O Programa Pet Amigo promove a interação de cães treinados com pacientes, visando aumentar o afeto e a socialização, minimizando o estresse no ambiente hospitalar.	Medida de Gestão Externa
74	PRÁTICAS ASG NO BRASIL – UM ESTUDO COM SEGURADORAS LISTADAS NA B3	Ações para a redução do consumo de energia e água, programas de reciclagem e logística reversa; soluções para riscos ambientais e climáticos; uso racional de recursos e descarte correto de resíduos nas operações da empresa e de seus fornecedores;	Medida de Gestão Preventiva	Programas de diversidade e inclusão, especialmente de gênero, e na criação de comissões para promover um ambiente de trabalho acolhedor e diverso; treinamentos obrigatórios sobre riscos operacionais, ética e conduta, governança, e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo;	Medida de Gestão Interna
		Projetos de gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE); compensação de emissões, incluindo transições climáticas e impacto no agronegócio.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Campanhas de doações e projetos emergenciais durante a pandemia, incluindo a distribuição de cestas básicas e doações para hospitais, além de implementar o Programa Escola Empreendedora para formar profissionais; apoiam comunidades locais com ações de cidadania e reforço escolar para crianças e adolescentes de baixa renda; projetos de educação financeira e uso consciente do seguro.	Medida de Gestão Externa

75	Motivações e dificuldades para adoção de práticas sustentáveis nas cadeias de suprimentos do caju: um estudo de multicase no cenário das pequenas e médias empresas	Instalação de estações de tratamento de água; o uso de tecnologias sustentáveis como membranas tubulares para a clarificação de sucos, evitando o uso de gelatina; não utilização de produtos químicos na limpeza e gestão dos resíduos sólidos, reutilizando restos de frutas, cascas e bagaços, como ração animal promovendo uma abordagem de desperdício zero; implementação de certificações como ISO 22000 e FSSC 22000; Controle de emissões atmosféricas para mitigar impactos ambientais.	Medida de Gestão Preventiva	Capacitação e desenvolvimento dos funcionários; investimentos em treinamentos para assegurar a implementação de práticas sustentáveis; Parcerias com instituições de pesquisa, como Embrapa e universidades locais, para promover práticas sustentáveis e inovadoras, beneficiando a comunidade agrícola local, e a exigência de certificações dos fornecedores, como orgânicos, HACCP e Kosher, promovendo práticas sustentáveis ao longo da cadeia de suprimentos.	Medida de Gestão Interna Medida de Gestão Externa
76	Índice de Sustentabilidade Ambiental na atividade de avicultura na Região Extremo Oeste catarinense	Armazenamento adequado de embalagens, dejetos sólidos, líquidos e animais, evitando a contaminação do solo e da água; captação e uso eficiente da água; uso controlado de fertilizantes químicos e agrotóxicos; manutenção de áreas de preservação permanente (APPs); Métodos para o controle da erosão do solo, evitando a degradação da terra;	Medida de Gestão Preventiva	Educação contínua; treinamentos relacionados às práticas sustentáveis e segurança no trabalho; programas de saúde ocupacional; incentivos para a permanência dos jovens na propriedade;	Medida de Gestão Interna
		Recuperação de áreas que sofreram impactos ambientais negativos, promovendo a regeneração natural; diversificação das coberturas vegetais para melhorar a qualidade do solo e aumentar a resiliência ambiental.	Medida de Gestão Corretiva/Recuperativa	Integração campo-cidade, incentivando os jovens do meio rural a trabalharem no meio urbano, gerando um desenvolvimento equilibrado; parcerias com a comunidade local para projetos sociais e ambientais.	Medida de Gestão Externa
77	DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE: O CASO DE UMA FILIAL MINEIRA DA MULTINACIONAL FOODS&MEAL	Uso predominante de energia renovável; redução do consumo de água; modernização tecnológica para reduzir emissões de gases de efeito estufa; sistema de gestão de resíduos, não perigosos e orgânicos.	Medida de Gestão Preventiva	Incentivos ao uso racional da água entre seus funcionários por meio de prêmios, promovendo iniciativas tanto nas operações quanto nas residências dos colaboradores; Ação "Renove o Meio Ambiente", em parceria com municípios, para a coleta seletiva e reciclagem de óleo vegetal residual, além de campanhas de conscientização ambiental.	Medida de Gestão Interna Medida de Gestão Externa

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Ao se analisar os títulos e objetivos gerais dos 77 artigos que compõem o PB, identificou-se uma diversidade de empresas, setores e tamanhos. Isso é relevante, pois demonstra que a disseminação abrange grande parte dos agentes econômicos, independentemente do setor e do porte. De acordo com Pacheco et al. (2023), qualquer atividade econômica impacta a sociedade e, conseqüentemente, o meio ambiente, ressaltando a importância da sustentabilidade. Nesse particular, observam-se setores que estão presentes em mais de um estudo, como os de energia e de construção civil. A construção civil, por exemplo, é uma das principais fontes de poluição ambiental global (SANTOS, 2020), justificando ser uma atividade econômica de ampla pesquisa na área.

Isto posto, e com relação ao conteúdo apresentado no Quadro 10, no que se refere às práticas ambientais, promoveu-se a categorização em medidas de gestão preventiva e medidas de gestão corretiva/recuperativa, implementadas pelas atividades econômicas, com base na

classificação proposta por Hansen e Mowen (2003). Foram identificados 75 artigos, cujas atividades econômicas desenvolvidas e estudadas, associaram ações preventivas, como por exemplo a implementação de sistemas de gestão ambiental certificados, com base na ISO 14001; o uso de tecnologias limpas; programas de eficiência energética; reciclagem e reaproveitamento de resíduos; e, uso sustentável de recursos naturais. De maneira geral, despesas decorrentes das ações empreendidas pela empresa para prevenir a geração de substâncias contaminantes e/ou resíduos que possam prejudicar o meio ambiente (HANSEN; MOWEN, 2003).

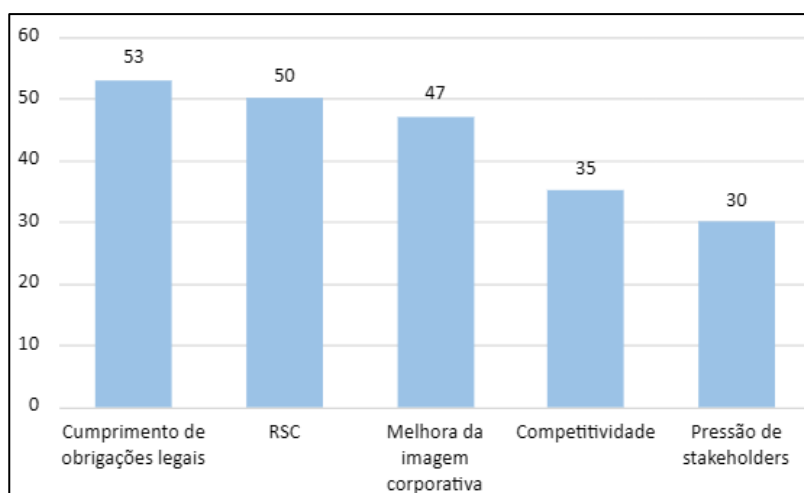
Soma-se a isto, detectado em 37 artigos, o desenvolvimento de ações corretivas ou recuperativas, como tratamento de efluentes; recuperação de áreas degradadas; monitoramento contínuo para assegurar a conformidade ambiental; e, a mitigação de impactos negativos. Essas ações incluem o sacrifício de despesas pagas pela empresa após o descarte de substâncias contaminantes e resíduos no meio ambiente (HANSEN; MOWEN, 2003). Nesse sentido, há uma indicação de que os agentes econômicos estão mais preocupados em prevenir seus impactos ambientais, que recuperar, o que pode ser considerado um fator positivo em relação à sustentabilidade ambiental.

No que se refere às práticas sociais, em 2 estudos publicados não foi possível identificar nenhuma ação desse caráter, tanto a nível interno quanto externo à organização ou atividade econômica desenvolvida. No entanto, foi possível identificar em 69 estudos científicos a adoção de medidas de gestão interna, como, educação ambiental, conscientização dos funcionários, treinamentos e capacitações, melhorias na infraestrutura e segurança ocupacional, e programas de saúde e bem-estar. A responsabilidade social interna visa motivar e melhorar o bem-estar dos empregados, resultando em maior dedicação e produtividade (MELO NETO; FROES, 2002). Somado a isto, foram identificadas 62 medidas de gestão externa, traduzidas em ações culturais, parcerias com ONGs, doações, projetos comunitários, promoção de empregos locais, campanhas de conscientização e inclusão social. Ressalta-se que a responsabilidade social externa envolve ações empresariais que beneficiam a comunidade (MELO NETO; FROES, 2002).

4.3 FATORES MOTIVACIONAIS E FORMAS DE RELATO - PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

A análise de conteúdo dos estudos científicos também revelou as motivações empresariais para a adoção das práticas socioambientais. A maioria dos estudos contemplou vários fatores motivacionais para o desenvolvimento das práticas. As principais motivações, conforme ilustrado na Figura 9, se resumem no cumprimento de obrigações legais, mencionado 53 vezes; na responsabilidade social corporativa (RSC), com 50 referências; na melhoria da imagem corporativa, citada 47 vezes; pelo benefício da vantagem competitiva, mencionada 35 vezes; e, por último, por pressão dos stakeholders, com 30 menções. Portanto, a adoção de práticas sustentáveis resulta da interligação de vários fatores, mas ainda é motivada por legislações obrigatórias, não se demonstrando um ato voluntário.

Figura 9 – Fatores motivacionais à adoção de práticas socioambientais



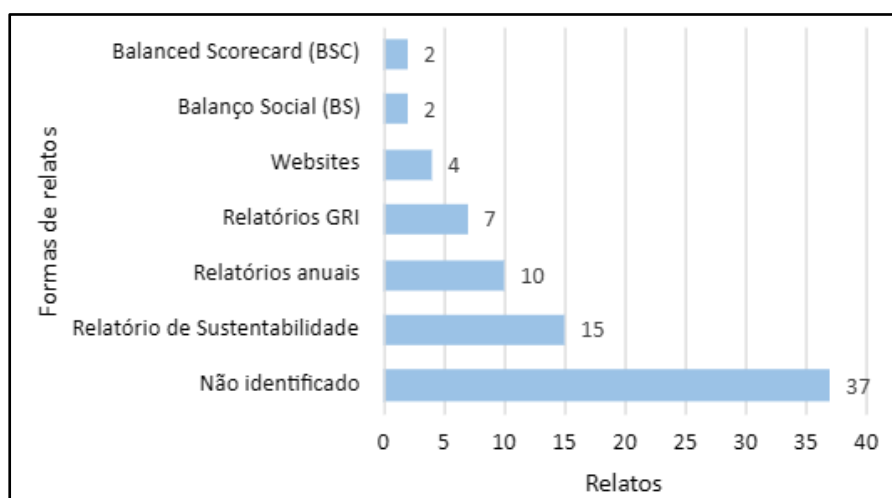
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Portanto, fica claro que a motivação para adotar práticas socioambientais não se restringe apenas a uma legislação ambiental. Alguns artigos nem sequer a mencionaram, deixando a questão vaga. Com base naqueles que se aprofundaram no assunto, não há um padrão estabelecido. Por exemplo, ao se observar a Figura 5, que mostra a evolução das publicações e o crescimento contínuo de 2014 a 2016, período em que surgiram periódicos de sustentabilidade, é possível relacionar isso às motivações associadas ao cumprimento de obrigações legais. Foram citadas as seguintes leis: a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981), mencionada em PB 1 (COLARES; MATIAS, 2014), PB 4 (ROCHA; MAÇANEIRO, 2014) e PB 14 (COSTA; MONTENEGRO, 2015); a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), presente em PB 1 (COLARES; MATIAS, 2014) e PB 23 (DOS SANTOS et al., 2016); e a NBC T 15, citada em PB 15 (BARCELOS et al., 2015). Além

disso, PB 3 (TODOROV et al., 2014) segue rigorosamente as legislações ambientais para manter as certificações ISO 9001, 14001 e 18001.

Diretamente relacionadas às motivações para a adoção das práticas socioambientais está a forma de divulgação das práticas socioambientais (Figura 10). Dos 77 casos analisados, em praticamente metade, 37 artigos, não se identificou formas de relato das ações. Dentre os demais casos, 15 utilizaram relatórios de sustentabilidade para evidenciar as práticas socioambientais, 10 casos publicaram suas ações em seus relatórios anuais, 7 utilizaram relatórios de sustentabilidade baseados nas Diretrizes da GRI, 4 divulgaram suas práticas nos *sites* das empresas para os *stakeholders*, 2 fizeram uso do Balanço Social (BS) modelo IBASE, e 2 usaram o *Balanced Scorecard* (BSC). Esses resultados demonstram a necessidade de haver maiores divulgações do que se desenvolve, relacionado às áreas ambiental e social. Ressalta-se, no entanto, que no Brasil a divulgação de informações de natureza social e ambiental, relativas às atividades desenvolvidas por agentes econômicos, não apresenta caráter compulsório, sendo um ato voluntário.

Figura 10 – Divulgação de práticas socioambientais



Fontes: Dados da pesquisa.

Evidencia-se que, dos 40 estudos que realizaram algum tipo de divulgação, em 11 foi possível identificar o tipo de relatório utilizado. Apenas 7 utilizaram a estrutura baseada nas Diretrizes da GRI. Esses casos incluem: PBs 2 (vinícola), 12 (empresa de grande porte), 21 e 34 (mineradoras), 57 (empresas que publicam GRI), 62 (empresas de capital aberto que publicam relatórios de sustentabilidade), e 73 (cooperativa de trabalho médico); Balanced Scorecard (BSC) com 2 PBs (3 - serviços ambientais e 65- fabricante de veículos) e no Balanço

Social (BS), modelo IBASE, dois PBs (19, empresa de grande porte, e 40, empresa do setor gráfico). Dessa maneira, percebe-se que o uso dos relatórios é comum apenas em empresas bem estruturadas, com forte presença de imagem corporativa no mercado, empresas competitivas que colhem benefícios positivos. Tal fato demonstra a necessidade de se abordar mais e melhor o tema para aumentar o alcance junto as demais empresas. Os *stakeholders* podem identificar e reconhecer o esforço do agente econômico, devolvendo apreço, pois como referenciado por Pacheco et al. (2023), a divulgação de um relatório de sustentabilidade mostra como a empresa se posiciona, evidenciando como aplica sua missão e valores.

Em suma, é possível perceber que a sustentabilidade está cada vez mais presente, com vários autores se reunindo para discutir o tema e trabalhando principalmente em estudos de caso, conforme levantamento bibliométrico. Eles vão diretamente à raiz do problema para aprofundar o conhecimento, entender o tema a cada ano, o que tem sido muito bem visto em periódicos de sustentabilidade avaliados consideravelmente, que divulgam esses estudos.

Mesmo sendo um tema de grande destaque e que deve ser almejado por toda a sociedade, a maioria dos agentes econômicos ainda pratica ações socioambientais principalmente para atender às legislações compulsórias. Em segundo plano, buscam se tornar empresas socialmente responsáveis, tomando atitudes que beneficiem a todos sem visar retornos, como a melhoria da imagem corporativa e, conseqüentemente, maior destaque e competitividade no mercado. Assim, para almejar diversos benefícios, as atitudes dos agentes ainda são insuficientes, pois há uma dificuldade para que os stakeholders identifiquem essas práticas devido à falta de divulgação prévia.

De modo geral, é inegável que, voluntariamente ou não, os agentes econômicos estão preocupados com o impacto socioambiental de suas atividades produtivas e buscam gerenciá-las da melhor forma possível. Eles adotam medidas preventivas e corretivas/recuperativas de gestão ambiental e implementam medidas sociais internas e externas para minimizar essas externalidades negativas. Atuando nessas duas dimensões, os agentes econômicos exercem sua cidadania empresarial e alcançam o status de "empresa cidadã" (MELO NETO; FROES, 2002). Embora não sejam contemplados de forma interdependente em todos os estudos, grande parte deles abrange os três pilares do *TBL* (econômico, social e ambiental).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral identificar e caracterizar as práticas de gestão socioambientais implementadas e relatadas por agentes econômicos nos estudos evidenciados em periódicos nacionais de sustentabilidade. Para atingir os objetivos do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com análise bibliométrica e de conteúdo de artigos publicados em periódicos de sustentabilidade, com qualis da Plataforma Sucupira.

Os procedimentos da análise bibliométrica e da análise de conteúdo possibilitaram que os objetivos, geral e específicos do estudo fossem alcançados e, dessa forma, o problema de investigação, solucionado. Após a seleção do fragmento da literatura, identificou-se a publicação de estudos em todos os anos do período longitudinal determinado para o estudo (2014 a 2023), envolvendo 77 trabalhos científicos que envolveram 233 pesquisadores, com uma média de 3 autores por artigo, oriundos de universidades de renome no campo acadêmico. Posteriormente, foram identificadas e caracterizadas as práticas sociais e ambientais presentes nos estudos científicos. Nesse sentido, destaca-se que em praticamente todos os estudos houve a identificação de práticas dessa natureza sendo desenvolvidas. Também, que a caracterização levou em consideração o fato de a medida de gestão ambiental apresentar efeitos preventivos ou corretivos em relação à preservação do meio ambiente.

As práticas ambientais identificadas incluíram medidas de gestão de caráter preventivo, como a implementação de sistemas de gestão ambiental certificados, o uso de tecnologias limpas, programas de gestão de resíduos e o uso sustentável de recursos naturais. Porém, também foram identificadas medidas de gestão de caráter corretivo/recuperativo. Estas envolveram o tratamento de efluentes, a recuperação de áreas degradadas e o monitoramento contínuo para assegurar a conformidade ambiental e a mitigação de impactos negativos.

Quanto às práticas relativas à dimensão social da sustentabilidade, destacam-se as medidas de gestão interna, realizadas no sentido de se buscar a promoção dos colaboradores das empresas, como a educação ambiental, a conscientização dos funcionários, treinamentos e capacitações, melhorias na infraestrutura e segurança ocupacional, e programas de saúde e bem-estar. Já as medidas de gestão externa, com vistas à promoção da sociedade como um todo, incluíram ações culturais para a comunidade, parcerias com ONGs, doações, projetos comunitários, promoção de empregos locais, campanhas de conscientização e inclusão social. Resultado positivo, pois independentemente do porte e do setor, observou-se a existência de um grande envolvimento dos agentes econômicos, presentes nos casos estudados, com a

sociedade. Cada estudo destacou a adoção de pelo menos uma medida de gestão ambiental, seja de prevenção ou de correção/recuperação. Da mesma forma, houve adesão a medidas de gestão social, tanto internas quanto externas.

No que diz respeito à divulgação das práticas socioambientais, o estudo trouxe evidências de que, dos 77 casos considerados no estudo, em 37 casos não houve a menção a respeito do relato das medidas de gestão socioambiental implementadas. Em 11 estudos, foi possível identificar os tipos de relatórios utilizados, incluindo Relatório GRI, BS modelo IBASE e BSC. Os demais estudos mencionaram o uso de relatórios de sustentabilidade, sem especificar quais, bem como relatórios administrativos ou anuais e *websites*. Em síntese, a prática de relatar ainda é pouco presente, indicando a necessidade de maior empenho das empresas nesse sentido. Isso é especialmente importante, considerando que as principais motivações para a adoção dessas ações pelos agentes econômicos são o cumprimento de obrigações legais e a responsabilidade social corporativa, fatores que são requisitados pelos *stakeholders* nos relatórios.

Independente do setor, qualquer atividade econômica afeta a sociedade (PACHECO et al. 2023) e comunicar as ações provocadas ou realizadas em relação ao meio ambiente e à sociedade, sejam elas positivas ou negativas, constitui-se em prática importante das empresas. A comunicação com os *stakeholders* faz uso dos relatórios de sustentabilidade como uma ferramenta para disseminar os indicadores ambientais e sociais (ALMEIDA; CALADO, 2017) e a divulgação de um relatório de sustentabilidade mostra como a empresa se porta perante questões sociais, dos projetos que implementa na comunidade, evidenciando como emprega sua missão e valores (PACHECO et al., 2023). Em resumo, essa prática permite que as empresas demonstrem seu compromisso com operações comerciais responsáveis e prestem conta, contribuindo para a construção de confiança e credibilidade.

Os resultados obtidos com a realização do estudo associam algumas contribuições. Como contribuição teórica o fomento à literatura, acerca das práticas socioambientais e sustentabilidade. No âmbito prático, o estudo oferece aos agentes econômicos *insights* valiosos sobre tendências e padrões em práticas socioambientais, fatores que podem influenciar sua adoção, permitindo que ajustem e aprimorem sua gestão. E, no contexto social, contribui para a promoção da sustentabilidade ao destacar a importância da sustentabilidade empresarial e conscientizar o público sobre práticas empresariais sustentáveis, sendo relevante para tomadores de decisão e reguladores.

O estudo realizado apresenta algumas limitações e, entre elas, podem-se mencionar o corte longitudinal do trabalho e a restrição aos periódicos sobre sustentabilidade, classificados na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, da CAPES. Para trabalhos futuros, sugere-se expandir a busca para incluir todas as revistas da área de Administração e Ciências Contábeis, obtendo uma amostra maior e possibilitando a pesquisa por setor e tamanho de empresa. Isso permitirá identificar variações e proporcionar explicações mais aprofundadas sobre a adoção de práticas socioambientais em um ou diversos setores, como identificar se há a existência de uma lei ambiental específica que se aplica, podendo ser generalizada a todos os setores.

REFERÊNCIAS

ABI RACHED, Chennyfer Dobbins; ROVAI, Ricardo Leonardo; DE LIBERAL, Marcia de Mello Costa. Ambiente e Saúde na Construção Civil: Prática d Modelo Diamante para os Projetos de Sustentabilidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, v. 7, n. 3, p. 507-519, 2018.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira – NBR ISO 14001**. [S.l.]: ABNT, 2015. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/slr/cel/N3127.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2024.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000**: diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [Responsabilidade Social \(inmetro.gov.br\)](https://www.inmetro.gov.br/Responsabilidade_Social). Acesso em: 13 abril 2024.

AGRIPINO, Najara Escarião; MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem; MACHADO, Petruska de Araújo. Sustentabilidade Empresarial no agronegócio: Percursos e implicações nas práticas brasileiras. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 7, p. e30210716567-e30210716567, 2021.

AMARAL, Luiz André; STEFANO, Silvio Roberto; CHIUSOLI, Cláudio Luiz. Sustentabilidade organizacional na perspectiva do triple bottom line: o caso Itaipu binacional. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 5, n. 1, p. 64-80, 2018.

ALVES, Suellen A. O químico e o meio ambiente: aspectos históricos e as contribuições do ensino de gestão ambiental. **Química Nova**, v. 45, p. 335-344, 2022.

ARANHA, Jose Aparecido Moura; DE REZENDE, Victor Hugo Valadares. Relatório de sustentabilidade à luz da NBC T 15. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 2020.

BACKES, Bruna Ribas; KUREK, Juliana; HOOSE, Anderson. Sustentabilidade no setor industrial: uma análise das empresas no município de Passo Fundo (RS). **Revista CIATEC-UPF**, v. 14, n. 2, 2022.

BARBOSA, Suanne Almeida et al. Ações ecoeficientes de empresas brasileiras de capital aberto evidenciadas em relatórios socioambientais. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, 2020. [PB62]

BARCELOS, Dêbora Pinho et al. Evidenciação ambiental à luz da NBC T 15: o caso da Natura. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 127-146, 2016. [PB 15]

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2007.

BATISTA, Kelly Rodrigues; DE MELO, Janaina Ferreira Marques; DE CARVALHO, José Ribamar Marques. Evidenciação dos itens ambientais nas empresas do setor de mineração de metálicos cadastradas na BM&FBOVESPA. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, v. 5, n. 1, p. 128-143, 2016. [PB21]

BATISTA, Heloísa Fernanda Francisco; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DE CAMARGO, Clarice Carolina Ortiz. Análise de conteúdo: pressupostos teóricos e práticos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 48-62, 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Resolução nº 1.003/04**, de 2004. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2024.

Brasil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 31 março 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 21 outubro 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 21 outubro 2023.

BERNARDO, Whendeo da Silva et al. Análise da Gestão Socioambiental na Atividade do Microempreendedor Individual. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 10, 2019. [PB55]

BIANCO, Abel Casali et al. Vantagens competitivas associadas à adoção da responsabilidade social e à participação no índice de sustentabilidade empresarial. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 62-84, 2019. [PB56]

BRANCO, Lucivone de Castelo Maria Peres; PEREIRA, Raquel da Silva; PALMISANO, Angelo. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA:: ANÁLISE DE AÇÕES DESENVOLVIDAS EM UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 9, n. 3, p. 46-64, 2019. [PB49]

BRUNETTI, Mario Luis et al. Sistema de Gestão Integrada Como Estratégia Para a Sustentabilidade **Organizacional**. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 116-141, 2016. [PB28]

CALAZANS, Lorena Bezerra Barbosa; SILVA, Glessia. Inovação de Processo: Uma Análise em empresas com práticas sustentáveis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 115-129, 2016. [PB 20]

CAMARGO, Caroline Rosseto et al. GESTÃO DO USO DE ENERGIA E DO DESEMPENHO INOVADOR SUSTENTÁVEL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DA INDÚSTRIA MINERAL: ANÁLISE DE TRÊS EMPRESAS. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)**, v. 6, n. 2, 2017. [PB 35]

CAPPELLARI, Nadiessa; STEFANO, Silvio Roberto; DE CASTRO, Marcos. Sustentabilidade organizacional na itaipu binacional: uma análise de seus níveis. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 42-58, 2018. [PB47]

CARLOS, Ed de Almeida. PRÁTICAS ASG NO BRASIL–UM ESTUDO COM SEGURADORAS LISTADAS NA B3. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, n. 5, p. 84-111, 2022. [PB74]

CITTADIN, Andréia; DA ROSA, Fabricia Silva. Práticas de Sustentabilidade Adotadas pelas Vitivinícolas dos Vales da Uva Goethe em Santa Catarina. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2022. [PB70]

COLARES, Ana Carolina Vasconcelos; MATIAS, Márcia Athayde. Análise das práticas de gestão ambiental de empresas sediadas no estado de Minas Gerais–Brasil na ótica da ecoeficiência. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 48-64, 2014. [PB 1]

COMUNELLO, Francine; TRINDADE, Larissa de Lima; DEIMLING, Moacir Francisco. Modelo para avaliação ambiental em sistemas produtivos industriais: um estudo de caso em

uma indústria de transformação de plástico. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 87-106, 2017. [PB33]

DAMICO, Rodrigo Villa Lobos et al. Redes para a sustentabilidade: estudos de caso sobre o manejo dos resíduos sólidos no Brasil. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 72-88, 2018. [PB46]

DA CUNHA, Estephanye Paganotti; CAMPOS, Gabriel Moreira. Análise do comportamento de graus de gerenciamento de resultados mediante decisões operacionais no contexto do índice de sustentabilidade empresarial-ISE. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, p. 49-66, 2018.

DA ROCHA, Rafael Toniolo et al. Práticas sustentáveis de uma microempresa familiar do setor de Foodservice: um estudo de caso no interior do estado de São Paulo. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 3, n. 3, p. 28-45, 2018. [PB42]

DA SILVA, Ana Caroline Barbosa Burégio; DA SILVA, Anderson Diego Farias. Ações Sustentáveis praticadas por Empreendedores do Setor de Vassouras: O caso da Produção de Vassouras Pets no Município de Orobó (PE). **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 45-61, 2017. [PB34]

DA SILVA, Gilmar Carlos; STEFANO, Sílvio Roberto; CHIUSOLI, Cláudio Luiz. SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: O CASO DA EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)**, v. 9, n. 1, 2020. [PB59]

DA SILVA, Margane et al. Análise da percepção dos colaboradores quanto às práticas socioambientais em uma indústria pet food. **Reunir Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 3, p. 86-95, 2020. [PB58]

DA SILVA, Sabrina Soares; SANTINELLI, Fernanda; DA SILVA, Jéssica Patrícia Bernades. Sustentabilidade nas empresas públicas de Minas Gerais: um estudo multicase. **Gestão e Sociedade**, v. 8, n. 21, p. 795-809, 2014.

DA SILVA, Alexandre Rodrigues; CIRANI, Cláudia Brito Silva; SERRA, Fernando Antonio Ribeiro. Desempenho econômico e ambiental: práticas deecoinovação em biodigestores em empresas processadoras de mandioca. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 72-86, 2016. [PB 18]

DE LAI, Ivete; TAKAHASHI, Sérgio. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 1, p. 19-40, 2008.

DE ALMEIDA, Karla Katiuscia Nóbrega; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da Teoria Institucional. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 222-239, 2017.

DE ANDRADE, Sérgio José; JÚNIOR, Gilson Cavalcanti de Freitas; PIMENTEL, Márcio Sampaio. Balanço Social do Grupo Neoenergia utilizando Indicadores de Desempenho Socioambientais entre os anos de 2017 e 2020. **RAGC**, v. 11, n. 46, 2023.

DE ARAÚJO, Geraldino Carneiro et al. Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. **Anais do**, v. 3, p. 70-82, 2006.

DE ARAÚJO, Maurílio Arruda et al. Sustentabilidade empresarial em agroindústrias pernambucanas. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 4, n. 1, p. 200-218, 2019. [PB54]

DE CARVALHO, Mário César dos Santos; GOMES, Sérgio Castro. PRÁTICAS DE GESTÃO EM RESTAURANTES PARAENSES. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, 2019. [PB50]

DE LUNETTA, Avaetê; GUERRA, Rodrigues. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista owl (owl journal)-revista interdisciplinar de ensino e educação**, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023.

DE MACÊDO, Arlan Teodósio; MARTINS, Maria de Fatima. A sustentabilidade urbana sob a ótica da construção civil: um estudo nas empresas construtoras de Campina Grande-PB. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 139-157, 2015. [PB 10]

DE MAZO, Celso Giancarlo Duarte; PAMPOLINI, Cláudia Patrícia Garcia. Sustentabilidade nas organizações: a aplicação do método Gaia de gerenciamento de impactos ambientais em uma empresa. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 103-121, 2015. [PB 11]

DE MOURA, Taislaine et al. O NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE CASCAVEL-PR SOB A PERSPECTIVA DE SEUS GESTORES. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, n. 3, p. 77-102, 2022. [PB71]

DE OLIVEIRA, Edenis César; DA SILVA PEREIRA, Raquel. Índice de gestão ambiental no setor sucroenergético: um estudo comparativo com outros setores. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 150-174, 2014. [PB 7]

DE OLIVEIRA, Márcia Cecília Rodrigues et al. FATORES PROMOTORES DE SUSTENTABILIDADE NO SERVIÇO: estudo de caso em um empreendimento alimentício em Belém-PA. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 8, p. 23-38, 2017. [PB37]

DA ROCHA, Idenilse Deniz et al. Práticas e indicadores de sustentabilidade em incubadoras tecnológicas do Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense. **Revista Competitividade e Sustentabilidade-ComSus**, v. 8, n. 1, 2021. [PB67]

DE SOUZA, Gutemberg; SILVA, Wendel Alex Castro. AÇÕES DE GESTÃO EMPRESARIAL: A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA EM UMA GRANJA SUÍNA-UM ESTUDO DE CASO. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 3, n. 1, p. 70-93, 2018. [PB41]

DE SOUZA, Tadeu Coelho Gonçalves; DE BENEDICTO, Samuel Carvalho; DA SILVA, Luiz Henrique Vieira. Relatório de Sustentabilidade: proposta de aplicação em uma Instituição de Ensino Superior comunitária à luz da Global Reporting Initiative (GRI). **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 11, n. 2, p. 76-89, 2021.

DE SOUZA RIBEIRO, Maisa. **Contabilidade ambiental**. Saraiva Educação SA, 2017.

DEUS, Rafael Mattos de; SELES, Bruno Michel Roman Pais; VIEIRA, Karina Rabelo Ogasawara. As organizações e a ISO 26000: revisão dos conceitos, dos motivadores e das barreiras de implementação. **Gestão & Produção**, v. 21, p. 793-809, 2014.

DINIZ, Maria Luiza Farias; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. mensurando a sustentabilidade empresarial através do grid de sustentabilidade empresarial (gse): um estudo em empresas do setor gráfico** measuring business sustainability through corporate sustainability grid (csg): a study in graphics companies. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 105-122, 2018. [PB 40]

DI DOMENICO, D.; TORMEM, L.; MAZZIONI, S. Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 16, n. 49, 2017.

DO NASCIMENTO DUDA, Edivaldo et al. Cultura sustentável rima com bom desempenho? Um estudo das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental-RGSA**, v. 16, n. 2, p. e02987-e02987, 2022.

DO PATROCÍNIO, Beatriz Andrade; COHEN, Marcos. A Institucionalização da Responsabilidade Social Corporativa na Indústria Farmacêutica: três estudos de caso. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 49-83, 2016. [PB26]

DOS SANTOS, Fladimir Fernandes et al. Práticas de sustentabilidade na construção civil: um estudo em empresas construtoras de edificações. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 34-53, 2020. [PB63]

DOS SANTOS, Gleberon de Santana; SEHNEM, Simone; DE FREITAS, Marília Santos. Avaliação do nível de sustentabilidade de um curtume gaúcho à luz do sistema de gestão ambiental (SGA). **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 102-117, 2015. [PB 13]

DOS SANTOS, José Alexandre et al. Comparação do disclosure voluntário socioambiental das maiores empresas de agronegócio brasileiro. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 9, n. 4, p. 248-274, 2020.

DOS SANTOS, Lucas Almeida et al. Análise das práticas sustentáveis no ramo varejista: uma percepção dos colaboradores com ênfase na educação ambiental. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 37-55, 2016. [PB23]

DOS SANTOS, Gleberon de Santana; DOS SANTOS, Andreia Aparecida Pandolfi; SEHNEM, Simone. Como Mensurar a Sustentabilidade? Um estudo das principais técnicas e indicadores. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 3-48, 2016.

ECKERT, Alex; NETO, Secundino Luis Henrique Corcini; BOFF, Daiane Scopel. Iniciativas e práticas ambientais das pequenas e médias empresas do Vale do Caí-RS. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 108-123, 2015. [PB 9]

ETHOS, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Sobre o Instituto Ethos. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.XT81d_JKjcs>. São Paulo: **Instituto Ethos**, s.d. Acesso em 18 de novembro de 2023.

ETHOS. **O Balanço Social e a Comunicação da Empresa com a Sociedade**. 6. ed. São Paulo: Ethos, 2007. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/o-balanco-social-e-a-comunicacao-da-empresa-com-a-sociedade-6a-edicao/>. Acesso em: 18 novembro 2023.

FERMON, Érika Rodrigues Feijó et al. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UM VALOR A SER CUMPRIDO NA UNIMED–FORTALEZA. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, n. 6, p. 5-23, 2022. [PB73]

FERNANDES, A. M. et al. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: Análise bibliométrica. **Desafio online**, v. 6, n. 1, 2018.

FERRAREZI, Jaqueline dos Santos; MRTVI, Valdete de Oliveira; WESTPHAL, Fernando Kaname. Sustentabilidade e Responsabilidade Social na construção civil: um estudo de caso na cidade de Londrina. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, p. 79-108, 2015. [PB 16]

FERREIRA, Estenio Santos; DE ABREU HUDSON, Rosane; PIRES, Silvio Marcio Ribeiro. GESTÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE X CRESCIMENTO INDUSTRIAL- ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO IPOJUCA-PE. RECIMA21-**Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 3, n. 1, p. e3122571-e3122571, 2022.

FERREIRA, Paulo André et al. AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS EMPRESAS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO SOB A ÓTICA DAS PRÁTICAS DE MERCADO. REUNIR: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, 2016.

FONSECA, Daniel et al. Evolução da evidenciação de custos ambientais: um estudo em empresas do setor de papel e celulose–integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial–ISE. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, v. 5, n. 2, p. 34-48, 2016.

FREITAS, Maria Rafaela Oliveira; SANTOS, Sandra Maria; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Nível de abrangência da informação ambiental divulgada nos relatórios de sustentabilidade de

empresas brasileiras com potencial de impacto ao meio ambiente. **Revista de Contabilidade e Controladoria (RC&C)**, v. 10, n. 3, 2019.

FROEHLICH, Cristiane; BITENCOURT, Claudia Cristina. Sustentabilidade Empresarial: um estudo de caso na empresa Artecola. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 55-71, 2016. [PB 19]

FROEHLICH, Cristiane. Ações de sustentabilidade com foco ambiental: Um estudo de caso em uma indústria química. **Desafio Online**, v. 8, n. 1, 2020.

FROEHLICH, Cristiane. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL COM FOCO SOCIAL EM UMA INDÚSTRIA DO SEGMENTO QUÍMICO. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, 2020. [PB60]

GARDINI, Alexandre de Oliveira; MATIAS, Marcos José Almeida; DE AZEVEDO, Denise Barros. Programas e práticas sustentáveis na bovinocultura de corte de Mato Grosso do Sul: Caminhos para a consolidação de uma bovinocultura sustentável. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2014. [PB 5]

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gomes, S. M. S., & Garcia, C. O. (2001). **Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle**. 1ª ed. Editora Cengage.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para relatório de sustentabilidade: Versão G4. Amsterdã: **GRI, 2013**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 19 novembro 2023.

GEWEHR, Fernanda Gewehr Corrêa; BARATA, Ana Julia Senna Sarmento; ALVES, Ricardo Ribeiro. Análise de práticas sustentáveis em empresas que utilizam relatório Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 17, n. 8, 2019. [PB57]

GIACOMIN, Juciléia; OTT, Ernani. Divulgação de Informações Voluntárias sobre Meio Ambiente: Uma Análise das Categorias e Subcategorias das Informações Divulgadas por Companhias Abertas Listadas na B3 Pertencentes aos Setores de alto Impacto Ambiental. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 14, n. 7, 2018. [PB48]

HANSEN, Letícia; FROEHLICH, Cristiane; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade socioambiental em uma empresa do segmento calçadista Socioenvironmental sustainability in a footwear company. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153**, v. 19, n. 1, p. 88-105, 2021.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2003.

HEBERLE, Éder Luis; VOGT, Kilian. Índice de Sustentabilidade Ambiental na atividade de avicultura na Região Extremo Oeste catarinense. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)**, v. 12, n. 2, 2023. [PB76]

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanco Social, dez anos: o desafio da transparência**. IBASE, 2008. Disponível em: <<https://ibase.br/portfolio/balanco-social/>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

IGARASHI, Deisy Cristina Correa et al. Evolução de indicadores de responsabilidade social e empresarial divulgados por empresas brasileiras. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 4, p. 126-146, 2017. [PB 36]

IMPERADOR, Adriana Maria; SILVA, Mauro Vitor Homem. Sustentabilidade empresarial: considerações sobre diferentes sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável. **Holos**, v. 3, p. 429-445, 2018.

JALES, Frediano da Silva; NEUTZLING, Daiane Mulling; DIAS, Gustavo Picanço. Motivações e dificuldades para adoção de práticas sustentáveis nas cadeias de suprimentos do caju: um estudo multicase no cenário das pmes. **Sustentabilidade em Debate**, v. 13, n. 2, p. 67-95, 2022. [PB75]

JÚNIOR, Ronaldo de Oliveira Santos; VILELA, Nágila Ciovanna Silva. Sustentabilidade ambiental, econômica e social: ações e práticas de pequenas e médias empresas brasileiras. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, 2018. [PB45]

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE eletrônica**, v. 4, 2006.

LEANDRO, Gabriel Matheus; DE SOUZA, Kaique Antonio; DA SILVA MARQUES, Jaqueline. GESTÃO EMPRESARIAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS. **Revista Científica da Ajes**, v. 7, n. 14, 2018.

LEHNHART, Eliete dos Reis et al. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS REALIZADAS POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 4, n. 5, p. 168-194, 2019. [PB53]

LIMA, Edinício Oliveira; STETTINER, Caio Flavio; FERREIRA JR, Samuel. Balanço social e o “full disclosure” no terceiro setor. **Revista de Tecnologia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 23-39, 2021.

LIMA, Fernanda Costa de et al. ECONOMIA CIRCULAR e PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: um estudo de caso em uma empresa da movelaria paraense. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, 2021. [PB66]

LUCIO, Marcio Aparecido; DE RAMOS, Mário César. Evidenciação do desenvolvimento sustentável nos balanços sociais de universidades comunitárias catarinenses. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 11, p. 20653-20679, 2023.

MACHADO, Monica Cristina Rovaris; JOHN, Elaine; DOS SANTOS, Ruan Carlos. GERENCIAMENTO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS (GAIA) APLICADO À VOLKSWAGEN DO BRASIL–UNIDADE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 6, n. 1, p. 149-168, 2021. [PB65]

MACHADO, Pollyana; SILVA, Naiara. Modelos de balanço social no Brasil: um estudo comparativo. **REASU-Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, v. 5, n. 1, 2020.

MADIME, Eulália; GONÇALVES, Tiago Cruz. Determining Factors For Social and Environmental Practices of Corporate Responsibility in Mozambique. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 16, n. 2, p. e03002-e03002, 2022.

MALAVAZI, Natalia Carapelli; AMARANTE, Juliana Marangoni. SUSTENTABILIDADE E O EMPREENDEDORISMO NO SEGMENTO DE ALIMENTAÇÃO VEGETARIANA E VEGANA NA CIDADE DE MARINGÁ-PR. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, n. 2, p. 200-230, 2022. [PB72]

MARTINS, Alice Josefa Andrade; DE ALMEIDA, Maria Luciana; DA SILVA SOUZA, Déborah Maria. Análise das práticas de logística reversa aplicadas aos vasilhames de vidro em uma engarrafadora de bebidas. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, v. 7, n. 1, p. 116-130, 2018. [PB 39]

MARTINS, Maria Rosa Selvati; DA SILVA, José Geraldo Ferreira. O sistema de gestão ambiental baseado na ISO 14000: Importância do instrumento no caminho da sustentabilidade ambiental. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 1460-1466, 2014.

MATSUDA, Patricia Miyumi; PINOCHET, Luis Hernan Contreras. Análise das principais práticas de TI verde com o uso de tecnologias emergentes: estudo multicaso. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 3, p. 87-105, 2017. [PB 32]

MELO, Breno Anderson Pereira et al. RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE: A responsabilidade social das empresas na perspectiva das comunidades vizinhas ao polo industrial de Barcarena-PA. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 11, n. 1, 2021. [PB61]

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2 ed. São Paulo: **Atlas**, 2009

MILOSZ, Bruna Rafaelly; KUHL, Marcos Roberto. INSERÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NOS RELATÓRIOS DE DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÕES. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 3, n. 5, p. 141-158, 2018. [PB43]

MOROZINI, João Francisco; DE CASTRO, Jéssica. Relato de experiência: sustentabilidade nas micro e pequenas empresas no interior do Paraná. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 94-111, 2014. [PB 8]

MUNARETTO, Lorimar Francisco; DE AGUIAR, Jéssica Thalheimer; VIEIRA, João Paulo. Implementação de práticas de sustentabilidade ambiental em uma empresa do setor mecânico. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 7, n. 3, p. 159-174, 2017.

NASCIMENTO, Emerson Alves da Silva; DOS SANTOS, Guilherme Estevão; NETO, Joaquim Maria Ferreira Antunes. Sistemas de Gestão Ambiental na Indústria Farmacêutica e Implicações em Responsabilidade Socioambiental. **Prospectus (ISSN: 2674-8576)**, v. 4, n. 2, p. 66-105, 2022.

NASCIMENTO, Lucélia Lima; MONTENEGRO, Ludmilla Meyer. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um estudo no setor de cerâmica vermelha de Itabaiana-se. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 147-172, 2016. [PB 14]

NETO, Fausto Pereira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Sustentabilidade corporativa: definição de indicadores para organizações do setor energético. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 19, n. 2, p. 104-126, 2020.

NICOLELLA, Gilberto; MARQUES, João Fernandes; SKORUPA, Ladislau Araújo. Sistema de gestão ambiental: aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campinas, SP. **Embrapa**, ed. 1, 2004.

NUNHES, Thaís Vieira; OLIVEIRA, Otávio José. Analysis of Integrated Management Systems research: identifying core themes and trends for future studies. **Total Quality Management & Business Excellence**, v. 31, n. 11-12, p. 1243-1265, 2020.

ORTEGA, Sebastião Gerson. Sustentabilidade na construção civil: significados, práticas e ideologia. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 112-137, 2014. [PB 6]

PACHECO, Larissa Marchiori et al. A evolução da responsabilidade corporativa em empresa do setor elétrico brasileiro: um estudo de caso. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 84-115, 2016. [PB 27]

PACOBELLO, Daniella Ribeiro et al. Estudo das práticas de sustentabilidade em grandes empresas químicas na região metropolitana de campinas. **Gestão & Regionalidade**, v. 38, n. 115, 2022.

PAIVA, Luis Eduardo Brandão et al. Práticas de responsabilidade socioambiental e o desempenho em pequenas e médias empresas brasileiras. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 106, 2019.

PEREIRA, Marcelo Augusto Viana et al. Gestão socioambiental em pequenas e médias empresas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 15, p. e02731-e02731, 2021.

PEREIRA, Adriana Camargo; DA SILVA, Gibson Zucca; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. **Saraiva Educação SA**, 2017.

PETRILLI, Leonardo; RACHID, Alessandra; NETO, Mário Sacomano. Inserção de aspectos sociais na sustentabilidade e o aumento do escopo do fenômeno além da esfera ambiental: o tratamento conjunto por empresas brasileiras. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 9, n. 3, p. 64-64, 2019.

POZO, Hamilton; BASTOS, Rubens Topal de Carvalho; DONAIRE, Denis. Como as Micro e Pequenas Empresas tratam os seus Resíduos Sólidos Frente à Lei Federal N° 12.305/10. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 61-80, 2019.

KULAK, Cesar Mauricio; STEFANO, Silvio Roberto; KUHL, Marcos Roberto. Institucionalização de práticas de sustentabilidade. **Revista Reuna**, v. 24, n. 2, p. 67-88, 2019.

RAUTA, Jamir; FAGUNDES, Julie Rossatto; SEHNEM, Simone. Gestão ambiental a partir da produção biodinâmica: uma alternativa à sustentabilidade em uma vinícola catarinense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 135-154, 2014. [PB 2]

REIS, Sarentaty; DE OLIVEIRA, Cintia Rodrigues. DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE: O CASO DE UMA FILIAL MINEIRA DA MULTINACIONAL FOODS&MEAL. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, n. 4, p. 90-114, 2023. [PB77]

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2017.

ROSSATO, Marivane Vestena; DE LIMA TRINDADE, Larissa; BRONDANI, Gilberto. Custos ambientais: um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidenciação. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 1, p. 72-87, 2009.

ROCHA, Carla Marlana; MAÇANEIRO, Marlete Beatriz. Interface entre a legislação ambiental e as estratégias de inovações organizacionais: o caso de duas empresas do setor de papel e celulose. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, v. 3, n. 2, p. 165-178, 2014. [PB 4]

ROVEDA, Taísa Schefer et al. Sustentabilidade em cervejarias artesanais no Rio Grande do Sul. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 12, n. 2, p. 93-104, 2022. [PB69]

RUGGI, Maíra Oliveira et al. Sustentabilidade e inovação: uma investigação de sua integração em atividades organizacionais. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 5-22, 2018. [PB44]

SERAMIM, Ronaldo Jose; ZANELLA, Tamara Pereira; ROJO, Claudio Antonio. A sustentabilidade e gestão da imagem: um estudo de caso em cooperativa agroindustrial do oeste do Paraná. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 3, p. 15-33, 2017. [PB 31]

SILVA, Andressa Hennig et al. Responsabilidade social corporativa e estrutura organizacional em empresas participantes do programa gaúcho de qualidade e produtividade (PGQP). **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 57-72, 2015. [PB 12]

SOARES, Cristiano Sausen; DA ROSA, Fabricia Silva. Avaliação de desempenho dos custos públicos municipais: análise de um fragmento da literatura para identificar oportunidades de futuras pesquisas. **Contabilidade y Negocios**, v. 12, n. 24, p. 84-106, 2017.

SOARES, Rauf Rodrigues. A sustentabilidade aplicada na elaboração de centros de distribuição no Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 3, p. 1-14, 2017. [PB 30]

STOCKER, Fabricio; TONTINI, Julia; SARTURI, Greici. Análise da Evolução das Publicações de Relatórios de Sustentabilidade na Base GRI. **South American Development Society Journal**, v. 5, n. 15, p. 418, 2020.

TEIXEIRA, Maísa Gomide et al. Processo de mudança para uma orientação sustentável: análise das capacidades adaptativas de três empresas construtoras de Santa Maria-RS. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 45-60, 2016. [PB 22]

TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; IWAMOTO, Helga Midori; MEDEIROS, Ana Lúcia. Estudos bibliométricos em administração: discutindo a transposição de finalidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 14, n. 3, p. 423-452, 2013.

THEIS, Vanessa; SCHREIBER, Dusan. Análise das práticas ambientais em atividade de inovação de produtos e processos. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 2, p. 155-170, 2015. [PB 17]

THOMÉ, Jéssica; DA ROCHA, Adilson Carlos. GESTÃO DE PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO NA EMPRESA BONETTI AGRONUTRI. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 4, p. 5-37, 2019. [PB52]

TREPTOW, Igor Ceratti et al. Estágios para a inovação sustentável em empresas de diferentes portes do setor químico. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 4, n. 2, p. 191-216, 2019. [PB51]

TODOROV, Maria do Carmo Assis et al. A disseminação das estratégias corporativas baseadas no balanced scorecard: um estudo de caso em uma empresa de prestação de serviços ambientais. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 65-77, 2014. [PB 3]

TOZZO, Bruna Pelegrini et al. Percepções de responsabilidade social empresarial propostas por Carroll: análise do relatório de sustentabilidade de empresas do setor de energia elétrica. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 46-65, 2017. [PB 38]

VIER, Margarete Blume; THEIS, Vanessa; DUSAN, S. Propostas de melhorias na gestão de resíduos no setor calçadista. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 12, n. 4, p. 94-106, 2022. [PB68]

VASCONCELOS, Isabella Batalha; JUNIOR, Flavio Hourneaux. As práticas sustentáveis nas organizações e a geração de valor para o investidor institucional. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 115-148, 2017. [PB 29]

World wide fund for nature. **Living Planet Index**, 2022. Disponível em: livingplanet.panda.org/pt-BR. Acesso em: 24 setembro 2023.

ZANIN, Diones Fernandes; PANHOCA, Luiz; ESPEJO, Marcia Maria dos Santos Bortolucci. Ecoeficiência: um estudo de caso em uma microempresa do setor de refrigeração. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 1, n. 1, p. 134-156, 2016. [PB 25]

APÊNDICE A – PROTOCOLO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

PASSO-A-PASSO:

- **Etapa 1: Seleção dos Periódico:** busca em todos os periódicos com Qualis A3 a B4, da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, classificados no Qualis 2017-2020 pela Plataforma Sucupira.
- **Etapa 2: Classificação dos Periódicos:** considerados apenas os periódicos nacionais classificados entre A3 e B4.
- **Etapa 3: Busca nos Sites dos Periódicos:** buscas avançadas nos sites dos periódicos utilizando as palavras-chave: "sustentabilidade", "gestão socioambiental", "práticas socioambientais" e "ações socioambientais".
- **Etapa 4: Análise dos Artigos:** leitura de resumos, introduções, metodologias e resultados dos artigos para identificar práticas socioambientais implementadas e/ou relatadas por agentes econômicos, focando-se nos resultados de pesquisas práticas.
- **Etapa 5: Análise dos Dados:** análise bibliométrica e de conteúdo dos dados coletados para identificar as práticas de sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: seleção das palavras pertinentes ao tema, utilizando a busca termo a termo a fim de identificar as práticas socioambientais.

PERÍODO: trabalhos publicados entre 2010 e 2023, período decorre da observação de que os periódicos relacionados ao tema começaram a ser instituídos e publicados a partir de 2010

CRITÉRIO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO:

- **Inclusão:** artigos publicados em periódicos nacionais classificados com Qualis A3, A4, B1, B2, B3 e B4 na Plataforma Sucupira, que abordem práticas socioambientais implementadas e/ou relatadas por agentes econômicos.
- **Exclusão:** artigos de revisão bibliográfica ou ensaio teórico.